

João Xavier de Holanda
Ten. Cel. PM/RR
(Assessor Cultural da PMCE)

A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

EM

MEIO SÉCULO DE REPÚBLICA **(1889 a 1939)**



Fortaleza - Ceará

2003

Copyright - © 2003 by INESP

Coordenação Editorial: Ten.Cel. PM João Xavier de Holanda

Diagramação: Mário Giffoni

Ilustração da Capa: Francisco de Assis Costa Chacon – Subtenente PM

Impressão e Acabamento: Gráfica do INESP

Revisão: Domingos Antônio Carvalho

Catálogo na fonte por Norma Marques David de Souza

H722p Holanda, João Xavier de.
A Polícia Militar do Ceará Em Meio Século de
República (1889 a 1939). / João Xavier de Holan-
da. Fortaleza: Editora INESP, 2003.

108p.; il.

ISBN: 87-87764-52-7

João Xavier de Holanda (TEN. CEL. PM/RR)

1 – Polícia Militar - Ceará

2 – História – Polícia Militar Ceará

3 – Polícia Militar – Movimentos Sociais Ce-
renses

CDD 355.03358131

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,
desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP

Av. Pontes Vieira 2391, Dionísio Torres,

Fone: 277-2911 - fax (0xx85) 277-2914

CEP - 60.130-241 / Fortaleza-Ceará Brasil

al.ce.gov.br/inesp - inesp@al.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

Chega às nossas mãos mais um livro do amigo e companheiro João Xavier de Holanda, que nos distinguiu com a honrosa tarefa de apresentar “A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ EM MEIO SÉCULO DE REPÚBLICA (1889 a 1939).”

A obra, de início tema de Monografia para consecução do título de especialista em Metodologia do Ensino da História, após as necessárias adaptações, traz ao conhecimento dos leitores um período de grande efervescência político-religiosa, destacando o papel da Milícia “Alencarina” em diferentes acontecimentos dos últimos dez anos do século XIX, até as primeiras quatro décadas do século XX.

Como aficionado confesso da História e da gente cearenses, o autor, nascido na “Terra dos Monólitos”, - fato de que muito se orgulha, - vem resgatando a História da Polícia Militar do Ceará, Instituição que serviu com dedicação e esmero, na condição de oficial.

O novo livro de João “Gildo” (como é conhecido em Quixadá, dado ao nome de seu pai e face ao costume no interior cearense) aborda com simplicidade, sem descurar da fidedignidade aos fatos que devem guiar os historiadores, a atuação da Força Pública Cearense, numa época de muitas dificuldades em virtude das carências institucionais referentes, sobremaneira, a transporte e comunicações. Ser “soldado de polícia”, àquela época exigia abnegação, coragem e, além de tudo, vocação. É o que se depreende da leitura do livro, que certamente servirá como fonte de consulta aos estudantes e estudiosos da História do Ceará. Fazemos tal observação sem que, com isso, queiramos dizer que o livro não se presta ao deleite dos leitores descompromissados.

A eles deve interessar conhecer as lutas religiosas que passaram à história como: A Sedição de Juazeiro e a Revolta do Caldeirão.

O autor explora, também, a Questão dos Grossos — uma “Itararé tupiniquim”, o combate aos bandos de cangaceiros que percorreram o interior nordestino, para, ao final, discorrer sobre a Revolução de 30 no Ceará.

A todos esses fatos, empresta uma visão nova, destacando o modo de atuação e a importância da Polícia Militar, ora como órgão de repressão à ilegalidade, ora como órgão de garantia dos governantes e, até, como instrumento de perseguições, o que é sempre condenável, porém, como fatos históricos, devem ser escoimados de inexatidões.

Temos consciência da responsabilidade que nos cabe ao fazermos a apresentação deste livro ao público leitor. Sabemos, também, que, na escolha, muito pesou a amizade fraternal que nos une ao autor por mais de três décadas.

Eis o livro.

Boa leitura.

*Francisco Tarcísio Forte da Silva -Cel. PM/RR
Assessor Jurídico da PMCE*

AGRADECIMENTOS

Na consecução do presente trabalho, queremos deixar o nosso profundo agradecimento ao Exm^o. Sr. Deputado Estadual Marcos Cals, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, que tornou possível a edição desta obra. Aos companheiros da Polícia Militar do Ceará: Cel. PM Francisco Sérgio Farias da Silva, Comandante Geral da PMCE; Cel. PM Francisco Carlos Nunes Gondim, Subcomandante da PMCE; Cel. PM Francisco Carlos Francilino Mendonça, Subchefe da PMCE, pelo incentivo e apoio. Cel. PM Francisco Justino Ribeiro Neto, ex-Comandante Geral da PMCE, pelo apoio que nos dispensou; Ten. Cel. PM Amarílio Francisco Moura de Melo e Cap. PM João José Viana da Silva, pela colaboração. Ao Professor-Mestre Francisco Agileu de Lima Gadelha, que soube orientar-nos dignamente na preparação deste trabalho. À Dr^a. Gina Marcílio Pompeu, Presidente do INESP. Ao Prof. Geraldo da Silva Nobre, pelo incentivo. Aos professores do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino da História, da UECE.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Francisco Gildo de Holanda (*in memoriam*) e Etelvina Xavier de Holanda, pelos ensinamentos, orientação e amor.

A meu filho, Fábio, alegria maior do meu cotidiano.

Aos meus irmãos: Gildo, Eduardo, Gercina, Deusarina, Jacira, Margarida e Regina Telma, a minha admiração.

À Polícia Militar do Ceará, reduto de aprendizado constante, onde fortaleço e realizo meus ideais.

PREFÁCIO

Conhecer-se a si mesmo e ao seu mundo circundante sempre constituiu um objetivo do homem, o qual é o único animal que tem consciência de sua existência e das circunstâncias que a envolvem. Sócrates, quando nos disse: “*Conhece-te a ti mesmo*”, não o fez com outro objetivo, senão para nos alertar que, ao sabermos quem somos, melhor, saberemos interagir de forma consciente com o próximo e com o meio a que pertencemos. Quem melhor conhece seu “*habitat*” sabe como viver satisfatoriamente nele. Essa é a nova teoria das modernas Ciências Sociais e, particularmente, da Ciência da Administração, a qual recomenda a nova ordem do mundo, que é a substituição da consciência individual pela coletiva. Conhecer a empresa em que trabalha, as origens, as evoluções e as transformações dela é um dever e um prazer para todo e qualquer componente de qualquer instituição ou empresa nestes tempos de pós-modernidade.

Para corroborar esse intróito, o nosso Tenente-Coronel PM, da reserva remunerada, João Xavier de Holanda, brinda-nos a todos, sociedade cearense e família milicianiana, esta insigne obra histórica, intitulada “A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ EM MEIO SÉCULO DE REPÚBLICA (1889 a 1939)”. Nesse período, as polícias militares vivenciaram, talvez, as maiores crises sócio-político-econômicas, por conta dos movimentos sociais que se registraram em quase todo o País, como: o pós-império recente, a nova forma de governo, o novo regime político, o vivenciar das duas repúblicas (república velha e república nova), os movimentos de classe que eclodiam, como: a Revolução de 30, o Tenentismo, Intentona Comunista e outros, os conflitos sociais e regionais, a exemplo do Cangaço, a Sedição de Juazeiro do Norte, o Caldeirão etc. A ação da milícia cearense, em todos esses fatos sociais e históricos, foi marcante e deixou um legado

muito expressivo para as gerações futuras dos lídimos policiais-militares e das sociedades alencarinhas futuras.

Crê-se que a obra histórica do Tenente-Coronel Holanda constitui, para as gerações de policiais-militares que ora passam por essa inefável Instituição e pelas que estão por vir, uma preciosa e enriquecedora fonte de deleite e de busca de conhecimento técnico-profissional. Aliás, para quem não é neófito na arte de produzir livros que perpetuam a Polícia Militar do Ceará no tempo e no espaço, brindando o cearense com mais esta dádiva. “A POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ EM MEIO SÉCULO DE REPÚBLICA (1889 – 1939)”, no mínimo, constitui, para o autor, um complemento de consciência e de mais um deleite que introjetará no âmago da alma, e que, pelo “*seculum seculorum*”, sempre se regozije de pertencer a este segmento de homens seletos da sociedade cearense. Com mais esse nobilitante exemplo de amor à Corporação e à cultura de nosso Estado, o autor desse trabalho científico está revigorando a máxima aristotélica: “*Quem não vive para servir, não serve para viver* “. E servir bem à Corporação e ao povo cearense sempre foi um dos traços indeléveis da personalidade do quixadaense João Xavier de Holanda.

Assim, pensa o policial-militar do Ceará!

Valdísio Vieira da Silva – CEL.PM

HOMENAGEM PÓSTUMA



César Cals de Oliveira Filho

* 30/11/1923

† 10/03/1991

A nossa gratidão ao grande Governador do Estado do Ceará (1971-1975), Cel. E.B. Engenheiro, César Cals de Oliveira Filho, pelos benefícios destinados à Polícia Militar do Ceará, nos campos pessoal e material, onde destacam-se as construções do Quartel do Comando Geral (QCG), da Academia de Polícia Militar Gen. Edgard Facó, do Clube dos Oficiais PM/BM, do Quartel do 2º BPM, em Juazeiro do Norte-CE, do Quartel da 2ª Cia/2º BPM, em Iguatu-CE, e do Quartel da 3ª Cia/2º BPM, em Camocim-CE, além da doação de um terreno na Av. Imperador,

nº 1600, para construção da Associação dos Cabos e Soldados PM/BM. Outro marco do Governo César Cals foi a substancial melhoria dos vencimentos, bem como uma ampla revisão na Legislação da Polícia Militar do Ceará.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
AGRADECIMENTOS	5
DEDICATÓRIA.....	7
PREFÁCIO.....	9
HOMENAGEM PÓSTUMA.....	11
CAPÍTULO I - A PMCE NOS MOVIMENTOS POLÍTICOS E RELIGIOSOS.....	15
1.1 Sedição de Juazeiro.....	15
1.1.1 Antecedentes	15
1.1.2 Início da Revolta.....	25
1.1.3 Intervenção da Polícia Militar do Ceará.....	26
1.2 Caldeirão.....	38
1.2.1 Antecedentes:.....	38
1.2.2 Sítio Baixa Dantas.....	40
1.2.3 O Boi Santo.....	43
1.2.4 Trabalho Comum e Reza.....	44
1.2.5 Ameaça Comunista	46
1.2.6 Investigação Policial Militar Velada.....	48
1.2.7 Expedição e deslocamento da Polícia Militar do Ceará.....	49
1.2.8 A Invasão do Caldeirão pela Polícia Militar do Ceará.....	50
1.2.9 A Intervenção no Caldeirão	53
1.2.10 A Morte de Trancelim.....	57
1.2.11 Chacina (A morte do Capitão PM José Bezerra)	59
1.2.12 O fim do Caldeirão.....	61
1.2.13 Bombardeio do Caldeirão	62
1.2.14 Promovidos e Elogiados.....	64
1.2.15 Promovido “pós-mortem”	65
CAPÍTULO II-A PMCE E A DEFESA DAS FRONTEIRAS DO ESTADO.....	67
2.1. Questões dos Grossos	67
2.1.1 Antecedentes	67
2.1.2 Expedição Policial Militar a Aracati	67
2.1.3 Regresso da Expedição da Polícia Militar de Aracati	72
2.2.1 Cangaço (Origem).....	75
2.2.2 A Polícia Militar e a defesa interna.....	77
2.2.3 Volantes Policiais Militares	80

2.2.4 A Polícia Militar do Ceará enfrenta o Bando de Lampião	81
2.2.5 Fim do Cangaco – A Morte de Lampião e Maria Bonita	86
CAPITULO III – REVOLUÇÃO DE 30 NO CEARÁ.....	89
3.1 Antecedentes	89
3.2 Polícia Militar do Ceará x Revolução de 30	93
3.3 Fato Doloroso	96
3.4 Os funerais de Caio Carlos da Costa Ribeiro.....	97
O AUTOR	100
I – Dados Pessoais	100
II – Cursos.....	100
III – Experiência na Área de Ensino	101
IV – Principais Funções.....	102
V – Instituições Culturais.....	102
VI – Trabalhos Publicados	103
BIBLIOGRAFIA	104

CAPÍTULO I - A PMCE NOS MOVIMENTOS POLÍTICOS E RELIGIOSOS

1.1 Sedição de Juazeiro

1.1.1 – Antecedentes:

A Sedição de Juazeiro (1913 – 1914) foi um movimento armado, ocorrido no Ceará, quando oligarcas e coronéis, apoiados pelo Presidente Hermes da Fonseca e pelo Senador Pinheiro Machado, depuseram o governo salvacionista de Franco Rabelo.

Para entendermos esse confronto armado, que teve a participação efetiva da Polícia Militar do Ceará (PMCE), faz-se necessário começar pelo pleito de 1910, em que Hermes da Fonseca venceu o intelectual baiano Rui Barbosa.



Pinheiro Machado, caudilho que dominou a política brasileira, juntamente com Pe. Cícero derrubou Franco Rabelo, da Presidência do Estado do Ceará.

No dia 22 de novembro, uma semana depois da posse de Hermes da Fonseca, a Revolta de Chibata (11/1910) parecia anunciar que os quatro anos seguintes seriam pacíficos. Em outubro de 1910, o senador gaúcho Pinheiro Machado lançara as bases do Partido Republicano Conservador (PRC), numa tentativa de organizar uma agremiação política de âmbito nacional, reunindo as correntes que haviam apoiado o Marechal Hermes. A Presidência do novo Partido foi entregue a Quintino Bocaiúva, um dos patriarcas da República, mas seu verdadeiro chefe era Pinheiro Machado¹. Com o PRC, o líder gaúcho pretendia controlar o jogo político, num momento em que os demais partidos tinham apenas caráter regional.

Mas, Hermes da Fonseca pusera em cena uma força imprevisível, afastada do teatro das lutas políticas desde os tempos de Floriano Peixoto: o Exército. Dividido em duas facções, o Exército não era um corpo homogêneo. Enquanto um desses grupos, farto das disputas inter-oligárquicas, lutava por uma ação moralizadora para sanear a vida pública, a outra corrente propunha a abstenção em relação à política. Entre 1906 e 1912, várias turmas de oficiais foram enviadas à Alemanha para adestramento junto ao Exército daquele país. Conhecidos como Jovens Turcos “alusão aos oficiais de Mustafá Kemal” (Ditador

¹ **José Gomes Pinheiro Machado** – Senador da República. Nasceu este egrégio vulto da política brasileira na cidade de Cruz Alta, em 08 de maio de 1852. Era filho legítimo do Dr. Antônio Gomes Pinheiro, político de notável influência do Rio Grande do Sul. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Tinha as honras de General-de-Brigada, irmão do General Salvador Pinheiro Machado. Antes de morrer, ferido covardemente pelas costas, não escondeu o rosto como César no Senado Romano: olhou o bandido, o sicário que fugia, gritando-lhe – “Canalha”!

Fonte: Spalding, Walter. (Construtores do Rio Grande) – Porto Alegre, Sulina, 1969 V. 2 p. 74.

da Turquia). Ao voltarem ao Brasil esses militares começaram a publicar, em 1913, a revista Defesa Nacional, onde faziam apologia dos métodos utilizados pelo exército alemão e criticavam a participação dos militares na vida política. Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo (Pai do Ex-Presidente João Batista Figueiredo) eram seus principais líderes.

A principal contradição do governo Hermes residia no fato de apoiar-se, ao mesmo tempo, em setores oligárquicos aliados de Pinheiro Machado e nos militares “moralizadores”. Seu ministro da Fazenda era Francisco Sales, representante das oligarquias de Minas Gerais. Em contrapartida, a pasta da Guerra fora entregue ao General Dantas Barreto, favorável à intervenção das Forças Armadas na política.

O Exército era uma das poucas vias de ascensão social para os jovens de classe média-pobre que não queriam seguir a carreira eclesiástica. Isso levava muitos oficiais a uma atitude crítica em relação ao carreirismo, ao nepotismo, à corrupção e aos clãs oligárquicos que controlavam a vida nacional. Em nível estadual, cada região era uma espécie de feudo de coronéis. E cada Partido Republicano, um aglomerado de caciques políticos. Nos Estados mais desenvolvidos, como São Paulo e Minas, a oligarquia exercia seu domínio através das Comissões Políticas do Partido Republicano, que, por sua vez, refletiam o mandonismo dos chefes locais. Em Minas a Zona da Mata era controlada pelo senador Carlos Vaz de Melo e, mais tarde, por seu genro Artur Bernardes. Ouro Fino era território de João Pinheiro, enquanto Barbacena “pertencia” aos Bias Fortes. O Partido Republicano Mineiro (PRM) era um colegiado de coronéis, da mesma forma que o Partido Republicano Baiano (PRB).



Comendador Antônio Pinto Nogueira Acioly, deposto do Governo do Estado do Ceará, em janeiro de 1912.

Nos Estados economicamente menos influentes do Norte e do Nordeste, as oligarquias confundiam-se com uma ou duas famílias de grandes fazendeiros e comerciantes. O Ceará era feudo dos Accioly; o Pará, domínio dos Chermont e dos Lemos; os Malta reinavam sobre Alagoas, e assim por diante. A Bahia representava uma espécie de Estado intermediário entre os extremos. No vale do São Francisco e em Lavras Diamantinas reinavam os coronéis Horácio de Matos (Chapada Velha) e Franklin Lins de Albuquerque (Pilão Arcado), além de outros. Entre eles havia constantes guerras. Mas eram Salvador e o Recôncavo que dominavam a política estadual. O Recôncavo era a Região do açúcar e vários de seus representantes, como José Marcelino de Souza e João Ferreira Araújo Pinho, foram governadores (na época presidente) do Estado. Em 1912, as lutas de facções haviam provocado o surgimento de dois Partidos de oposição ao Partido Republicano da Bahia: O Partido Republicano Democrata (PRD), liderado por José Joaquim Seabra (ministro da Viação de Hermes da Fonseca), e o Partido

Republicano Conservador (PRC), chefiado por Luiz Viana (ex-governador e amigo de Pinheiro Machado).

Na tentativa de quebrar o monopólio regional dessas oligarquias, os militares “hermistas” forçaram o Governo a lançar a política de “Salvações Nacionais”. Tratava-se de intervir nos Estados para estabelecer governos militares em substituição aos oligarcas. Em 1911, o Governo tomou medidas para intervir em São Paulo. Mas o governador paulista Albuquerque Lins mobilizou a Força Pública e a Missão Militar Francesa, enquanto o PRP organizava Batalhões Patrióticos em todo o Estado. Isso bastou para desfazer a ameaça. Mas, neste ano, o Exército interveio em Pernambuco, onde houve choques armados. Os militares queriam colocar o general Dantas Barreto contra Rosa e Silva, que dominava a política regional desde 1896. O povo apoiou o Exército e Dantas Barreto tomou posse em dezembro. No ano seguinte, foi a vez da Bahia, do Ceará e de Alagoas. Na Bahia, o Exército apoiava a candidatura de J.J. Seabra, contra o candidato do PRB. Em 10 de janeiro de 1912, depois de choques entre populares e a polícia baiana, o Forte São Marcelo bombardeou Salvador, causando muitas mortes. Aurélio Viana, o Governador, teve que renunciar. Em 28 de janeiro, houve eleições com um só candidato: J .J. Seabra, que tomou posse dois meses depois.



Pe. Cícero Romão Batista foi prefeito de Juazeiro (1911), responsável pela deposição de Franco Rabelo.

A seguir veio o Ceará, com deposição do governador, também em janeiro de 1912, com o apoio do Exército. Em abril, essa aliança entre povo e militares lançou a candidatura do Ten. Cel. Franco Rabelo (Professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro), que governaria o Estado até 1914. Enquanto isso, era deposto, em março de 1912, Euclides Malta, presidente de Alagoas. Lançada pela oposição a candidatura do coronel Clodoaldo da Fonseca, primo do marechal Hermes, que, sem encontrar resistência, tomou posse pouco depois.

As “Salvações Nacionais” provocaram o enfraquecimento momentâneo de Pinheiro Machado, aliado de alguns dos oligarcas depostos. Em 1914, o Senador gaúcho tentou recuperar o terreno perdido, fomentando a rebelião de Floro Bartolomeu e do Padre Cícero², no Ceará, que levou à deposição de Franco Rabelo. Os setores “salvacionistas”, que pretendiam “moralizar o regime” e enfraquecer as oligarquias agrárias, encontraram apoio nas classes médias urbanas. Mas acabariam derrotados pelos setores tradicionais.



² **Padre Cícero Romão Batista** – Líder religioso. Nasceu em 24/03/1844, na cidade do Crato-CE. Filho de Joaquim Romão Batista e Joaquina Vivência Romana. Primeiro prefeito municipal (1911) de Juazeiro-CE. Líder maior da Sedição de Juazeiro. Faleceu em 20/07/1934, aos 90 anos de idade.

Pe. Cícero Romão Batista e Dr. Floro Bartolomeu, seu braço armado.

“Nenhum chefe procurará depor outro chefe (...). Manterão todos incondicional solidariedade com o excelentíssimo, doutor Antônio Pinto Nogueira Acciolly”. Documento assinado em 4 de dezembro de 1911, em Juazeiro, por caciques políticos de dezessete cidades do Vale do Cariri, no Ceará. Reunião que o lavrou presidiu-a o Padre Cícero, chefe político de Juazeiro. O documento chamado “Pacto dos Coronéis,” era resposta à intervenção federal no Ceará. A “Política das Salvações” poderia acabar com os vinte anos de governo e poder da família Acciolly no Estado. O “Pacto dos Coronéis” garante lealdade ao velho cacique, que tem o apoio do Partido Republicano Conservador, de Pinheiro Machado.

Se antes, o Padre Cícero era apenas “o Santo de Juazeiro”- como tantos outros “beatos” que surgiam na região, principalmente em épocas de seca e miséria – agora ele é também figura política nacional, homem dos coronéis, representante dos setores conservadores e tradicionalistas de seu Estado. As levadas de romeiros, atraídos por sua fama de milagroso, trouxeram o progresso para Juazeiro.

Muitas famílias se estabeleceram no Cariri, plantando milho, algodão e cana-de-açúcar. De simples vilarejo, Juazeiro tornou-se centro comercial da região, mas a liderança política do Padre Cícero e sua fidelidade aos Acciollys logo o colocaram na mira das “**Salvações Nacionais**”. No entanto, ao contrário dos outros coronéis, o Padre Cícero é o líder espiritual de milhares de

homens e mulheres, que confiam cegamente em suas preces e sermões, e se for preciso, darão suas vidas por ele.



Dr. Floro Bartolomeu, médico, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, chefe dos jagunços, perito em estratégia “militar” nos sertões.

A partir da primeira década do século XX, a força política que a região dava ao Padre Cícero ganhou como complemento um braço armado: era o Dr. Floro Bartolomeu³, médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, Dr. Floro chegou ao Cariri em 1908, onde instalou consultório e farmácia. A profissão deu-lhe acesso aos lares ricos de Juazeiro e o tornou amigo do Padre Cícero. Logo o espírito de liderança “militar” do Dr. Floro o faria

³ **Floro Bartolomeu da Costa** – Nasceu em Salvador, na Bahia, em 17 de agosto de 1876. Médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Chegou a Juazeiro na primeira década do século XX (1908). Atuou, inicialmente, na qualidade de médico do Padre Cícero, depois na política local, ao lado deste, tendo feito rápida e brilhante carreira. Deputado Estadual na legislatura 1908 –1912, Presidente do Legislativo Juazeirense em dezembro de 1909, revolucionário de 1914 na campanha de deposição de Franco Rabelo, Deputado Estadual em 1921, Federal em 1923, General Honorário do Exército Brasileiro e comandante das tropas legalistas contra o banditismo da Coluna Prestes. Acometido de enfermidade grave, contraída durante a campanha anticolumna, tomou o destino Ceará-Rio de Janeiro em busca de tratamento, Faleceu pobre, em 8 de março de 1926, sem deixar descendentes.

conhecido na região e o tornaria aliado do “Padim Ciço”. Ao chefiar jagunços nas guerras entre coronéis, o Dr. Floro trazia sempre a vitória para Juazeiro. Através do clã do Padre Cícero, conseguiu ser eleito Deputado Federal pelo Ceará. Mas a “Política das Salvações” chega ao Ceará. Em 4 de janeiro de 1912, o oligarca Nogueira Acciolly é derrubado da Presidência do Estado. Enormes manifestações e passeatas de até 10 mil pessoas, promovidas pela Associação Comercial do Ceará, colocam na Presidência o Ten.-Cel. Marcos Franco Rabelo. É a classe média que a partir da campanha civilista de Rui Barbosa, em 1910, se rebela contra o “Brasil inculto, oligárquico e autoritário”. Mas, ao chegar à Presidência, Franco Rabelo comete dois erros: rompe com o Partido Republicano Conservador, chefiado por Pinheiro Machado na esfera federal, e exonera o Padre Cícero do cargo de Prefeito de Juazeiro.

O Professor cearense Aírton de Farias, no seu livro “História do Ceará – Dos Índios à Geração Cambeba” – Tropical Editora – 1997, p. 149, diz:

Mesmo com a revolta popular de 1912, as forças do PRC caririense, lideradas por Floro e Cícero, permaneceram intactas e fiéis a Acciolly.

Rabelo, antes mesmo da conspiração oposicionista, sabia que o Cariri, com seu poderio econômico e político, lhe era nocivo. Para evitar algo pior, resolveu levar o salvacionismo para a região, enviando tropas da polícia estadual com o intuito de combater o banditismo local. Na realidade, combatia e perseguia mesmo era a oposição. Vários coronéis ligados ao PRC foram presos e levados ao banco dos réus. Mais de 500 indivíduos, quase todos por crime de morte, foram recolhidos à prisão.

Enquanto o prefeito do Crato, Antônio Luiz (o oligarca-mirim, apelido ganho por ser primo de Acciolly) era “trocado” pelo coronel José de Brito, rabelista, diversas pessoas em Juazeiro eram presas e espancadas sob os protestos de Padre Cícero. Inclusive o telegrafista da localidade foi demitido, sendo colocado em seu lugar alguém de confiança do governo, para que fossem controladas as correspondências do Padre.

Chefes rabelistas da região contratavam “cabras”, os quais, unidos à Polícia Militar, prendiam os jagunços dos coronéis adversários. Propagavam-se, então, boatos dando conta de que o governo iria invadir e destruir Juazeiro – um reduto de criminosos e fanáticos.

*Estes boatos percorreram os sertões. Homens, mulheres, cangaceiros, jagunços e beatos emprendiam longas marchas para Juazeiro, objetivando saber o que se passava e, evidentemente, proteger o padre santo da ação dos filhos do satanás. Pronto. A oposição já possuía seus soldados para realizar uma revolta armada contra Franco Rabelo. Em breve se iniciaria a **Sedição de Juazeiro**.*

Em agosto de 1913, Floro Bartolomeu, Nogueira Acciolly, Thomaz Cavalcante e outros se reuniram no Rio de Janeiro com o todo poderoso Pinheiro Machado. Seus objetivos: o fim do governo solucionista de Franco Rabelo. Arquitetaram, então, um maquiavélico plano sob as bênçãos do Presidente Hermes da Fonseca.

O estratagema até que era simples: Floro, deputado estadual, deveria convocar uma sessão extraordinária da Assembléia Legislativa em Juazeiro, ali se questionaria a já citada ilegalidade do Governo Rabelo e deliberou-se por sua cassação, elegendo-se em seguida o próprio Floro Bartolomeu para o cargo de Presidente Estadual, de maneira que, caso houvesse qualquer resistência ao golpe, o governo federal interviria no Ceará, obrigando Rabelo a renunciar.

Floro retornou ao Estado em novembro de 1913 para definir os detalhes do plano, que só deveria ser posto em prática em data posterior ao recesso do Congresso Nacional, ou seja, após dezembro, isso porque seria mais fácil justificar e realizar a Intervenção Federal sem as pressões dos deputados.

O golpe, porém, teve de ser antecipado; o motivo foram as já explicadas perseguições movidas contra os coronéis do Cariri – o que gerou um clima tenso na Região – e a própria descoberta antecipada do complô, quando da apreensão de algumas bombas na casa de Aurélio de Lavor (um dos conspiradores) e da interceptação de uma carta reveladora enviada por João Brigido ao padre Cícero.

1.1.2 Início da Revolta

A Sedição começou em 9 de dezembro de 1913, dia em que jagunços de Floro Bartolomeu e de Pe. Cícero depuseram as autoridades juazeirenses, prenderam e desarmaram o destacamento da Polícia Militar baseado na cidade, pertencente à

4ª Companhia da PM sediada na vizinha cidade do Crato, além de armarem a população.



Dr. Floro Bartolomeu (ao centro), e seu Estado Maior, os jagunços José Pedro e Turco Armando.

Três dias depois, conforme o plano, Floro elegeu-se presidente “legal” do Estado. Confiante em suas atribuições, de imediato, o “novo” Governador cearense transferiu, por decreto, a capital de Fortaleza para Juazeiro, e, em uma atitude demagógica, suspendeu o pagamento de impostos para angariar simpatias.

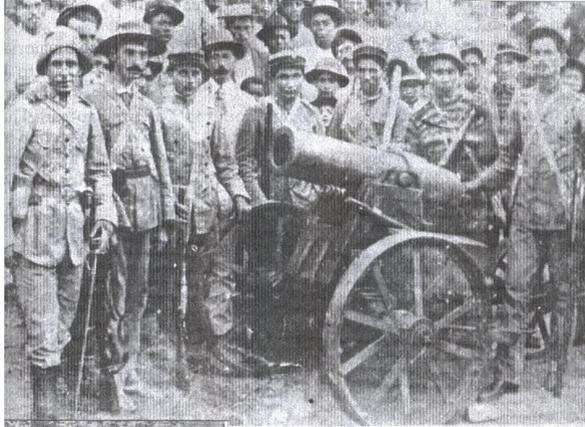
1.1.3 Intervenção da Polícia Militar do Ceará

Ao ser informado dos acontecimentos em Juazeiro do Norte, o Governador Marcos Franco Rabelo fez seguir para a região o Batalhão Militar (denominação da Polícia Militar à época), que, em 12 do mesmo mês, à tarde, na Estação Central (Praça Castro Carreira) embarcou em trem especial, e pelas 17 horas seguiu com destino a Iguatu-CE, ponto terminal, à época, da Estrada de Ferro Baturité. Não ficou na capital um só policial de guarda presidencial (Palácio da Luz), o que atesta a confiança do Governador no apoio da população fortalezense .

Os Rabelistas propagaram idéias de que em Juazeiro havia rebelião de “fanáticos monarquistas”, igualzinho a Canudos e que deveria ter o mesmo fim

A estrutura do Batalhão Militar (Polícia Militar) que seguiu para Juazeiro, segundo o livro Resumo “Histórico da Polícia Militar do Ceará” (1835-1955), Imprensa Oficial – 1956 - p. 88, era a seguinte:

Um Estado-Maior, e três Companhias subordinando-se ao efetivo de 235 praças, e com os seguintes oficiais: - Comandante – Coronel Alípio de Lima Barros (Oficial do Exército); Fiscal - Tenente-Coronel Francisco Batista Torres de Melo (Oficial do Exército); Ajudante – Capitão Cesar de Andrade; Médico – Capitão Dr. Cesar Cals de Oliveira (Pai do ex-governador Cesar Cals de Oliveira Filho); Secretário – 1º Tenente Joaquim Lourenço de Lima; Técnico e encarregado da Engenharia Militar – 1º Tenente do Exército Guilherme Bizerril Fontenele; Intendente – 2º Tenente Martinho Pinto dos Prazeres; Farmacêutico – 2º Tenente (comissionado) Joaquim Brasil de Holanda Cavalcante; Comandante de Companhias – Capitães Manoel Afonso de Carvalho, Antônio Florentino Cavalcante e Pedro Cavalcante Feitosa; Subalternos – 1º Tenente Romão Nunes de Azevedo 2º Tenentes Júlio Marinho da Silva, Mário Benvindo Vasconcelos, Francisco Bizerril de Andrade e Ademar de Vasconcelos.



Tropa do Batalhão de Segurança (PMCE), estacionada próximo a cidade de Juazeiro do Norte-CE, por ocasião da Sedição de Juazeiro.

A composição chegou à cidade de Iguatu por volta das 16 horas do dia seguinte (13), tendo o Batalhão desembarcado e acampado no Largo da Estação. Nessa localidade, onde trabalhava, apresentou-se o 2º Tenente PM João de Moura Brasil (participou do combate à Coluna Prestes na Bahia), justamente com as praças de seu comando, sendo todos incluídos no efetivo da tropa. Na madrugada do dia 14, pelas 4:00 horas, o Batalhão deslocou-se com os próprios meios (a tropa a pé e o pequeno serviço de abastecimento), onde chegou no dia 18, cerca das 11 horas, com todo o pessoal, mas cansado e extenuado. A tropa da Polícia Militar alojou-se em prédios particulares e no Quartel da 4ª Companhia da Polícia Militar, comandada pelo Capitão PM Ladislau Lourenço de Sousa, e que tinha como subalternos o 1º Tenente PM Julio Ladislau de Sousa e 2º Tenente PM Artur Inácio.

À noite do dia 19 de dezembro, o comandante – Coronel Alípio de Lima Barros, telegrafou ao Padre Cícero Romão Batista, em Juazeiro, apontado como chefe moral da Sedição, afirmando que no dia seguinte atacaria aquela localidade..

Ia repetir-se o erro cometido pela «Expedição Moreira Cesar», em março de 1897, no alto sertão baiano, que, tendo marchado de Queimadas ao lugar Santo Antônio, próximo a Canudos, precipitadamente, com a tropa exausta, atacou o reduto entrincheirado do fanático Antônio Conselheiro”.

Juazeiro preparou-se para a defesa. Cavou um cinturão de **valados**⁴ em torno da cidade, em uma extensão de 9Km – era o chamado **Círculo da Mãe de Deus**. De todos os locais do Cariri, chegavam mais e mais camponeses e cabras, dispostos para o que desse e viesse. Homens, mulheres, jovens, velhos, alguns ex-combatentes de Canudos – transformavam-se em um exército improvisado de quase cinco mil pessoas, com armas na maioria das vezes improvisadas – as armas enviadas pelo governo federal não foram suficientes. Antes de assumirem os postos, os sertanejos iam à igreja rezar o rosário e o ofício. Partiam para a luta cantando hinos religiosos.

Com efeito, na manhã anterior ao dia 20, sem ter sido feito qualquer reconhecimento da posição inimiga, sobretudo, ainda com os homens esgotados da marcha célere que fizeram de Iguatu a Crato, o Batalhão Militar (PMCE), engrossado com a 4ª Companhia e diversos civis incorporados, tendo mais no efetivo o 2º Tenente PM Dário Mendes de Mesquita, movimentou-se para o ataque a Juazeiro. Ao levá-lo a efeito, deparou-se com um reduto forte, habilmente entrincheirado, para o qual as suas armas não tinham a eficiência precisa. Mesmo assim, cumpriu a missão, combatendo da manhã à noite quando, em vez de fixar-se no terreno conquistado, de ordem do Comandante, retirou-se para o

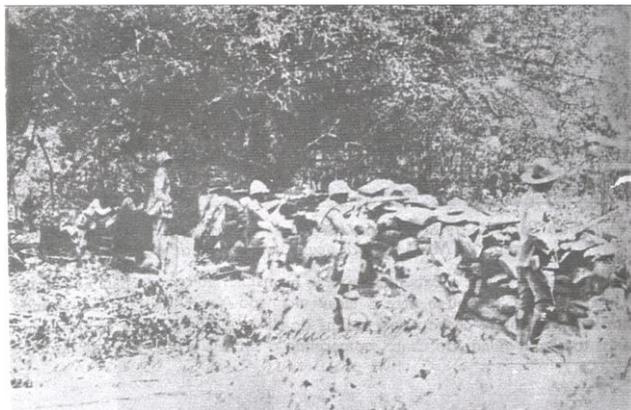
⁴ **Esses valados**, “a trincheira inexpugnável do Juazeiro”, segundo uma testemunha de vista, tinham profundidade de dez e de largura, doze palmos. Toda terra foi carregada para parte de dentro, a alguns metros de distância, formando uma barreira de seis palmos de altura, bombeada a espaços regulares, pronta para receber o ataque. Abrangiam três léguas de valado. Cinquenta mil pessoas, homens, mulheres e meninos o fizeram em seis dias. – (Oliveira, Xavier de. *Beatos e Cangaceiros*, Rio de Janeiro, 1920, p. 56)

Crato. Como baixas teve diversos feridos, e mortos os soldados PM Andreino Rosa dos Santos e Antônio Pinheiro da Silva. Perdeu também, nessa ofensiva, o Técnico em Operações Militares que, intempestivamente, ao fragor da luta, abandonou o teatro das operações, viajando para o Crato e de pronto para Fortaleza.

De 21 de dezembro de 1913 a 14 de janeiro de 1914, o Batalhão Militar permaneceu na cidade do Crato, pondo à margem a missão principal. Julgando-se impotente para cumpri-la, o Comandante havia telegrafado ao Presidente do Estado expondo a situação.

A esse tempo, chega ao Crato um contingente da Guarda Civil de Fortaleza, comandado pelo 1º Tenente Mário Gomes, conduzindo munição de armas portáteis, individuais.

Com o contingente chegaram também à localidade o Dr. Martins de Freitas, Chefe de Polícia, e o político Emílio Sá com o seu famoso canhão, grande trambolho que apenas serviu para chacotas.



Tropas do Batalhão de Segurança do Ceará (PMCE), entrincheiradas por ocasião do combate contra os seguidores do Pe. Cícero Romão Batista, na Sedição de Juazeiro.

No dia 8 de janeiro, o Coronel Alípio de Barros é, por telegrama, chamado a Fortaleza. No dia seguinte, passa o comando do Batalhão ao Major PM Ladislau Lourenço de Sousa, recém-promovido, por ter de viajar em sua companhia o Tenente-Coronel Torres de Melo. Também, no mesmo dia, o Capitão-Médico Dr. Cesar Cals de Oliveira deixa a Formação Sanitária para viajar com os referidos oficiais.

Depois de decorrido um mês do primeiro ataque, isto no dia 21 de janeiro, já sob o comando do Major Ladislau, é que o Batalhão foi levado a fazer novo assédio a Juazeiro. Protegido por um cinturão de trincheiras, cujos defensores se elevavam já aos milhares, ofereceu séria resistência à tropa legal atacante, das 5 horas ao escurecer, sob vivíssimo fogo que impossibilitava qualquer progressão, das tropas atacantes.

Mais uma vez o Batalhão deixa de se aferrar ao terreno para abandonar a luta, e à noite retira-se para o lugar chamado «Alto de Leitão», em seguida para Barbalha, aonde chegou pela manhã do dia seguinte.

Como provada estava a impossibilidade da tropa legal, sem outros meios de ações pelo fogo, de dominar a resistência dos sediciosos, mantida por milhares de combatentes, bem protegidos por organizadas obras de defesa. No dia 25 o Batalhão retirou-se por não mais poder cumprir a missão, do teatro de operações, isso depois de os sediciosos terem passado à ofensiva, ocupando a cidade do Crato. Retrocedeu desordenadamente à cidade de Iguatu, com exceção da 3ª Companhia, comandada pelo Capitão PM Afonso de Carvalho que, a pé, fez toda marcha devidamente organizada.

Por felicidade, os “sediciosos” não confiaram bastante nos meios de que dispunham, porquanto, hábeis conhecedores do terreno, não fizeram nenhuma perseguição à tropa em retirada. Se tivesse sido levada à efeito, certamente, o fim seria o da «Expedição Moreira Cesar» Completamente desorganizada.

Organizado o 2º Batalhão Policial Militar em Fortaleza, composto na sua maioria de civis alistados à última hora, assumiu o seu comando o Capitão do Exército José da Penha Alves de Sousa⁵ (J. da Penha), que determinou imediatamente o seu embarque, e ao amanhecer do dia 2 de fevereiro, em trem especial, seguiu com todo o Batalhão para Iguatu, aonde chegou no dia 4, com o efetivo de 210 homens. Na localidade incluiu mais no efetivo o pessoal do 1º Batalhão que se apresentara em Iguatu, a 3ª Companhia comandada pelo Capitão PM Afonso de Carvalho, e os Tenentes PM Julio Marinho da Silva e Artur Inácio.

Não ficou inativo o Capitão J. Penha, porquanto procurou organizar-se defensivamente para oferecer resistência ao avanço das tropas de Floro Bartolomeu.

Mas, no dia 15, abandonou a localidade (Iguatu) com todo o Batalhão com destino a Miguel Calmon, em cujo terreno montanhoso, instalou diversas trincheiras, para oferecer resistência.

Ciente da aproximação dos rebeldes, na noite do dia 21, o Capitão J. da Penha ativou a defesa, mantendo-a alerta. Chovia constantemente.

Ao amanhecer do dia 22, mais ou menos às 6 horas, os rebeldes começaram a assediar as defesas de Miguel Calmon.

Pouco a pouco se foi tornando intensa a fuzilaria e as defesas, estáveis, pelo fogo, mantinham à distância os atacantes.

O Capitão J. da Penha, Comandante do Batalhão empenhado, que se fazia presente em todos os lugares da defesa, não mais foi visto. Caiu a noite e continuou desaparecido.

⁵ **J. da Penha** – Ilustre Oficial do Exército Brasileiro. Deputado estadual, jornalista, escritor, republicano. Faleceu em 23/02/1914 por ocasião da Sedição em Juazeiro.

Pela manhã do dia 23, o Capitão PM Afonso de Carvalho determinou que patrulhas isoladas vasculhassem o terreno, pois estava certo que o Capitão J. da Penha jazia ferido ou morto. Efetivamente, à margem da estrada de ferro, nas proximidades do quilômetro 337, a do comando do Tenente PM Júlio Marinho encontrou morto o valoroso chefe e conduziu o seu cadáver a Miguel Calmon, o qual, em trem especial, foi transportado para Fortaleza.



Capitão J. da Penha Comandante do 2º Batalhão da PMCE, por ocasião da Sedição de Juazeiro, morto em combate nas cercanias da Estação Ferroviária de Miguel Calmon

Os sediciosos, em face de tenaz resistência, na noite de 22 para 23, haviam retraído com elevadas perdas para Afonso Pena (Acopiara), razão porque, durante o dia 23, não retornaram ao ataque, possibilitando a retirada do Batalhão Militar (Polícia Militar), ao comando do Capitão PM Afonso de Carvalho, para Senador Pompeu, sem ser molestado. Em seguida regressou à capital.

Sobre o Capitão J. da Penha, comandante do 2º Batalhão Policial Militar, transcrevemos o que disse o conceituado jornalista Lauro Ruiz de Andrade em artigo publicado no jornal O POVO de Fortaleza, edição de 8 de junho de 1982, sob o título “O Herói J. da Penha, Vítima do Cangaço”.

Nas cercanias da estação de Miguel Calmon (nome dado em homenagem ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Miguel Calmon du Pin e Almeida) aconteceu a cilada. O chefe da expedição legalista decidiu ir pessoalmente fazer um reconhecimento da situação de suas tropas, e, para isso, partiu a cavalo com alguns soldados....., um jagunço escondido atrás de uma árvore, na beira da estrada, apontou o rifle 44 adquirido com o dinheiro fornecido por Pinheiro Machado; fez certo disparo. A bala assassina atingiu a testa e atravessou o crânio de J. da Penha.||||Conheci pessoalmente J. da Penha. Algumas vezes ele esteve em visita a seu amigo J.F. Rodrigues de Andrade, meu pai, um dos líderes da revolução de 1912. Nas vésperas de sua partida em cumprimento da ordem presidencial, ele estava com uma inchação nos olhos. A barba cerrada, os olhos brilhantes, o porte ereto, tudo nele dava a impressão de um homem dotado de forte vontade e capaz de todos os sacrifícios. Sua morte provocou um verdadeiro colapso no seio da tropa. O seu substituto Cap. PM J. do Vale, por motivo até hoje ignorado, desistiu de continuar a luta. Essa defecção, ou melhor, traição, decidiu a derrota das hostes situacionistas, ciosas até então de defenderem a legalidade. Outro aspecto da personalidade de

*J. da Penha. Era um escritor de corretíssimo vernáculo e que, com rara coragem, já adotava a ortografia fonética simplificada. De sua autoria é o livro, hoje raríssimo, intitulado **O Espiritismo e os Sábios**, alguns anos depois de sua morte houve em Fortaleza um movimento em prol da ereção de uma herma ao herói de Miguel Calmon. No Passeio Público realizou-se uma concorrida quermesse, cuja renda foi revertida para as despesas com o monumento. Na ocasião houve o leilão de alguns exemplares do referido livro doados pela família de J. da Penha. Meu pai arrematou um exemplar e pela leitura por mim feita no tempo de estudante, tive as primeiras noções sobre o hipnotismo, faquirismo, telepatia e outros temas fascinantes.*

Prosseguindo sua marcha em direção à capital, os rebeldes, sob o comando de Pedro Silvino e José Pedro, entram em Senador Pompeu no dia 25 de fevereiro, em seguida Quixeramobim e em Quixadá no dia 2 de março, prosseguindo pela estrada de ferro chegam às imediações de Fortaleza, onde são forçados a estacionar pelas forças do Estado de Sítio. Demitido em 9/03/1914, o Presidente Franco Rabelo, ao ser informado do avanço dos rebeldes e temendo um grande derramamento de sangue, resolveu renunciar, passando o cargo ao seu vice, Antônio Carvalho Mota, embarcando em um navio para o Rio de Janeiro. As despedidas de Franco Rabelo foram munidas por uma verdadeira apoteose. Todos seus auxiliares, parentes, mulheres e crianças compareceram à grande passeata até a Ponte Metálica (Praia de Iracema), que quase veio abaixo tal a quantidade de pessoas.



Jaguços entrincheirados na cidade de Juazeiro do Norte-CE, durante a Sedição de Juazeiro, vendo-se o Dr. Floro Bartolomeu, agachado ao centro.

Ao tomarem conhecimento da renúncia de Franco Rabelo, os milhares de rebeldes, todos armados sob o comando de Pedro Silvino e de Dr. José Borba, entram na Capital cearense, àquela época com setenta mil habitantes.

Decretada a Intervenção Federal, assumia o poder cearense, em 15 de março de 1914, o interventor nomeado, General Setembrino de Carvalho, homem de inteira confiança de Pinheiro Machado e do Presidente Hermes da Fonseca.



Seguidores do Pe. Cícero, por ocasião da Sedição de Juazeiro, no dia da partida para atacar Fortaleza.

Uma das primeiras medidas do Gen. Setembrino foi exatamente a de entrar em contato com Floro Bartolomeu e com o padre Cícero, objetivando fazer retornar para o sul cearense os sediciosos que haviam derrubado Franco Rabelo. Os jagunços voltaram cantando e rezando para o Cariri.

O secretariado da Interventoria foi composto pelas forças responsáveis pela Sedição de Juazeiro. Setembrino (no dizer dos fortalezenses “sem ter brilho”) desmontou o governo Franco Rabelo; cometeu inúmeras arbitrariedades, perseguindo, transferindo ou mesmo demitindo funcionários civis e militares ligados ao rabelismo.

Em 15 de maio de 1914, realizaram-se eleições para a presidência do Estado – o eleito concluiria o restante do mandato de Rabelo, ou seja, governaria até 1916.

Os “sediciosos” aceitaram a candidatura do Coronel Benjamim Liberato Barroso, imposta pelo Presidente Hermes da Fonseca como forma de atenuar o grande ressentimento dos oficiais das Forças Armadas pela queda do salvacionista Franco Rabelo. Para a primeira, a segunda e a terceira vice-presidências foram indicados, respectivamente, o Padre Cícero Romão Batista, Aurélio de Lavor e Gusmão Lima.

Somente a chapa de Benjamim concorreu no pleito, pois os rabelistas recusaram-se a apresentar candidato. Curioso notar que, naquelas eleições, mais de 4/5 dos eleitores de Fortaleza deixaram de comparecer às urnas, conquanto considerassem Franco Rabelo ainda Presidente do Estado. Por outro lado, no interior (na verdade, um grande “curral eleitoral”) os coronéis, com as tradicionais fraudes e violências, garantiram o número de votos suficientes para a vitória do candidato oficial.

Dessa forma, em 12 de julho de 1914, cessando a Intervenção Federal, o poder estadual foi entregue a Benjamim Barroso.



Ten.Cel. EB Franco Rabelo, deposto pelas forças rebeldes do Pe. Cícero Romão Batista

1. 2 Caldeirão

1. 2.1 Antecedentes:

Ordenado sacerdote católico, no Seminário da Prainha, em Fortaleza, no dia 30 de novembro de 1870, após celebrar sua primeira missa em sua terra natal, o Crato, o Pe. Cícero Romão Batista, em 11 de abril de 1872, chegava, atendendo a convite de amigos, ao lugarejo do Juazeiro, onde, nesse mesmo dia, celebrou missa na rústica capela de Nossa Senhora das Dores.

Com a chegada do Padre, inicia-se todo um processo de que viria a desencadear o fenômeno das Romarias, face sua identificação com o povo. Em 1908, chega a Juazeiro do Norte o Dr. Floro Bartolomeu da Costa, médico baiano, acompanhado do engenheiro de minas francês Conde Adolpho Von Den Brule, a fim de explorar minas no Cariri. Em Juazeiro, Floro Bartolomeu torna-se amigo do Padre e ingressa na política partidária. Em

1914, sob a proteção do Padre Cícero e com a aprovação do caudilho Pinheiro Machado (Senador), o Dr. Floro Bartolomeu comandava a invasão de Fortaleza e a deposição (15/03/1914) do Governador Marcos Franco Rabelo.

Entre os romeiros que chegaram à “Meca do Cariri” por esta época estava o negro batizado José Lourenço Gomes da Silva, filho de Lourenço Gomes da Silva e Tereza Maria da Conceição, nascido em 1872 no município paraibano de Pilão de Dentro, e que possuía mais três irmãos: Joaquim, Maria e Inácia. Seus pais trabalhavam como arrendatário nas terras de um poderoso Coronel local. Era mais um nordestino nascido sob as botas do latifúndio explorador. Havia como propósito inicial fugir aos rigores das constantes estiagens. Com sedução mística, buscava conhecer o milagre da beata Maria de Araújo, que foi a transformação da hóstia em sangue, que veio provocar a intensidade da peregrinação para aquela vila. E, finalmente, como razão fundamental dessa aspiração, reverenciar a figura do Padre Cícero.



Protegido do Pe. Cícero, o beato José Lourenço formou uma comunidade que chegou a ter 3 mil pessoas.

1.2.2 Sítio Baixa Dantas

O escritor R. Batista Aragão, no seu livro “Tragédias que Envergonham o Ceará” – Fortaleza-CE – 1999 escreve:

Depositando no confessionário os pecados e abençoado por Deus e Nossa Senhora das Dores, José Lourenço recebeu da boca do Padre Cícero as santas recomendações e da Medalha Milagrosa o símbolo do romeiro obediente, expondo com humildade o objeto de suas aspirações. Queria cultivar a terra, produzir e logo ter o suficiente para suprir as necessidades próprias e de outros que a ele se reunissem. Dir-se-ia ter deixado a divina arca dos segredos sob a proteção de tudo o quanto era sagrado na terra do ainda jovem filho das plagas caririenses.

Após vencer o estágio de habitabilidade, período em que forasteiro e citadinos mutuamente se avaliavam e aconselhado pelo Padre Cícero, José Lourenço estabeleceu-se no sítio denominado “Baixa Dantas”, obtido por arrendamento ao Sr. João de Brito. Ignora-se a forma, se verbal ou por escrito, ou ainda sob o regime de parceria. Não se sabe, igualmente, o limite de tempo e o ressarcimento de benfeitorias, o que gera o pressuposto de mútuo e futuro entendimento.

O sítio era formado por terras agricultáveis, mas embrutecidas pelo abandono e situação de difícil trato, além das condições de solo predominantemente irregulares. Ele, entretanto, servindo-se naturalmente de conhecimentos adquiridos em seus lugares de origem, cuidou

de dominar a terra, utilizando fontes existentes e aplicáveis em sistemas de irrigação por declive.

O Beato José Lourenço plantou laranjeiras, mangueiras, jaqueiras, limeiras, coqueiros, limoeiros, abacateiros, mamoeiros, bananeiras e cafeeiros, assim como uma invejável cultura de algodão, e cereais e outras variedades de plantas e hortaliças. O escritor José Alves de Figueiredo testemunhou que o beato conseguiu produzir 16 ou 18 qualidades só de inhame.

Além de trabalhador, o beato era caridoso e não demorou para sua casa ficar cheia de órfãos e o sítio abrigar numerosas famílias.



Para o Sítio do Caldeirão convergiam levas de romeiros, que encontravam pouso, trabalho e comida.

A confiança do Padre Cícero para com o Beato era total. Para o sítio Baixa Dantas o patriarca do Juazeiro enviava os mais miseráveis assassinos, ladrões, pessoas que precisavam ser reeducadas no trabalho e na fé. O beato, com sua personalidade marcante, ganhava o respeito e a admiração de todos. Era comum vê-lo à noite, com hábito e de cruz às costas, dirigindo rezas, novenas e ladainhas, motivado mesmo após um dia exaustivo na roça. Não há dúvida de que todos haviam sido orientados pelo

próprio Padre Cícero e a constituir sua própria família, nascendo desse amalgamento humano o Beato ou Chefe de uma projeção da Ordem dos Penitentes.

Em 1914, ano em que aconteceu a Sedição de Juazeiro, o Beato, por ser radicalmente contra qualquer violência, não tomou parte nos combates, embora tenha prestado apoio ao Padre Cícero e até enviado alimentos para Juazeiro. Mesmo assim, o Sítio Baixa Dantas foi invadido e saqueado por jagunços e homens partidários do Governo Franco Rabelo – estes não possuíam nada mais para se alimentar, devido ao prolongamento da luta. Os moradores, sob ameaças, foram obrigados a gritar: - “*Viva Franco Rabelo!*”. Uma mulher que se recusou acabou morta. Esses incidentes teriam levado muitos daqueles moradores a oferecer seus braços para lutar em defesa de Juazeiro. Foram grandes os prejuízos do Baixa Dantas, mas passado o confronto, Lourenço e os seguidores, humildemente, reconstruíram tudo e continuaram o trabalho e as práticas religiosas.

Entretanto, essa vida pacata não duraria muito, pois logo estariam José Lourenço e sua comunidade entrando em choque com poderosos interesses, o que poria fim trágico àquela fenomenal sociedade igualitária.



Capela do Caldeirão, construída pelo beato José Lourenço e seus seguidores.

1. 2.3 O Boi Santo

No início da década de 1920, Pe. Cícero entregou aos cuidados de Zé Lourenço um touro zebu recebido de presente (dado pelo industrial Delmiro Gouveia) e que não tinha como criá-lo em Juazeiro. No Sítio Baixa Dantas, o animal, manso e de muita beleza, por pertencer ao “Padim Ciço”, tornou-se objeto de grande zelo e cuidado por parte dos moradores, os quais passaram a chamá-lo de “Boi Mansinho”.

O beato Lourenço construiu um belo estábulo e destacou várias pessoas para cuidarem do touro. Segundo o jornalista J.A. de Figueiredo, logo o animal *“se tornara de rara beleza, sendo admirado por todos que o viam”*. Muita gente, talvez para lisonjear o Padre Cícero, *“enfeitava os chifres do Mansinho com muitas grinaldas de flores, havendo, entre essa gente bronca, quem lhe fizesse oblatas e bebesse-lhe a urina, como remédio eficaz para diversos males”*

Nesse tempo – depõe o jornalista, contemporâneo do beato – Juazeiro sofria uma tenaz campanha da imprensa, suscitada, em parte, pela interferência de Floro Bartolomeu na política do Estado e, em parte, pela ausência de escrúpulos em alguns jornalistas que visavam a assaltar o bolso do Padre Cícero.

A lenda do boi santo foi trazida à baila, com os naturais retoques que os pescadores de escândalos tecem por sua própria conta, sendo José Lourenço falsamente apontado como estimulador de um grosseiro fetichismo. Começam as perseguições. O Dr. Floro tinha conseguido habilmente dominar o Padre Cícero, trazendo Juazeiro fechado na mão; mas era dotado de um espírito fraco e, premido pela imprensa que o aterrorizava, procurou ensaiar uma fita.

Admitindo como verdadeiras as acusações contra José Lourenço, mandou prendê-lo e conduzi-lo para Juazeiro em companhia do boi, sendo este esquartejado publicamente e aquele encarcerado. Contra sua vontade, o beato foi forçado a comer a

carne de seu querido Mansinho, sofrendo sem protestos outras humilhações.

Na verdade, o Dr. Floro Bartolomeu – Deputado Federal e chefe político incontestável – já temia o prestígio do beato junto ao Padre Cícero e aos romeiros. Segundo o General Cordeiro Neto⁶, personagem importante nestes acontecimentos, em depoimento à Revista Policial da época, disse que o Dr. Floro chegara a advertir ao “Padim”: “*Tire esse negro daqui ou eu o mato*”.

O beato ficou na prisão 18 dias, sem comer nada até quando Padre Cícero foi libertá-lo, mandando-o ao Sítio Baixa Dantas.

1. 2.4 Trabalho Comum e Reza

Com a Revolução de 1930, o beato Lourenço foi novamente perseguido e preso, pois o apontaram como homem perigoso. Mas depois voltou para a Baixa Dantas e para o trabalho, como se nada acontecesse. Nessa época, o Sr. João de Brito precisou vender o sítio e o comprador exigiu as terras ocupadas pelo pessoal de José Lourenço.

⁶ **Manuel Cordeiro Neto** – General da Reserva do EB. Nasceu na cidade de Russas-CE em 30/12/1902, Bacharel em Direito (UFC – 1928) Secretário da Faculdade de Direito (1928-1930), Chefe de Polícia do Estado do Ceará (1935-1937), Secretário de Polícia e Segurança Pública do Estado do Ceará (1937-1941). Comissionado no posto de Ten-Cel PM – Comandante Geral da PMCE (1939-1941); Integrante da Força Expedicionária Brasileira (2ª Guerra Mundial); Front da Itália no posto de Capitão (1944-1945); Diretor Geral do Depto. de Segurança Pública do Estado do Pará (1950-1951); Cel da Polícia Militar do Ceará, comissionado (1950-1951); Comandante dos Elementos de Fronteiras – CEF/Manaus (1953), Ajudante Geral da 10ª Região Militar/Fortaleza-CE (1954-1958); Prefeito Municipal de Fortaleza (1959-1963). Participou do Movimento de 5 de julho de 1922 da Escola Militar de Realengo/RJ; da Revolução de 1930 integrando a Brigada do Norte nos Estados do Maranhão e Pará; da Revolução Constitucionalista de 1932 (São Paulo), como integrante do Exército do Leste. Secretário de Administração do Estado do Ceará (1974/1975). Faleceu em 22/11/1992 em Fortaleza.

Trabalho todo perdido, o beato transferiu-se para o Caldeirão dos Jesuítas, um sítio que o Padre Cícero possuía a uns 20 quilômetros de Crato. Lá construiu uma casa, dois engenhos de madeira, roçados cercados de pau-a-pique, sólidos cancelões e começou o plantio. Em torno da casa principal ergueram-se toscas habitações, formando-se uma vila de 1500 a 2000 pessoas. A depender das fontes, o jornalista José Alves de Figueiredo nos conta:

Ficou sendo o Caldeirão uma linda propriedade, com um bom núcleo de população, trabalhadora e obediente ao beato, que a orientava para o bem, dentro da mais rigorosa ordem. Ali não se viam armas além das destinadas ao trabalho: machado, foice, enxada, etc. Dois grandes açudes se ostentavam, um o riacho do Escondido e outro o riacho Caldeirão, medindo a parede deste 36 braças de comprimento, 18 de altura e 13 de base. Foram ambas obras do esforço pessoal do beato, auxiliado, apenas, por algumas mulheres. O de Caldeirão foi concluído durante o ano de 1932. Os dois açudes foram construídos a pá e picareta, sem o auxílio das máquinas que constróem, atualmente, açudes com barragens que têm 50 metros de altura, como a de Orós. O Sítio Caldeirão era auto-suficiente, explica o sociólogo e poeta cearense jornalista Jáder de Carvalho. Além da criação e da agricultura, o beato organizava oficinas de ferreiro, de marcenaria e teares; assim, o pessoal produzia enxadas, facões, foices, arreios de animais, roupas, além de artesanato de couro e ferro. Remédios e outras coisas eram comprados pelo beato, que os distribuía.

Ali, a ordem era trabalho e reza. Não havia cachaça nem prostituição, relembra o Sr. Antônio Alencar Araripe, ex-Deputado Federal e na época advogado do beato José Lourenço. Testemunho ratificado pelo jornalista Figueiredo:

- “Vi, ao longo das estreitas grutas que ficam abaixo dos dois reservatórios, alargados a picareta, um desenvolvido canavial, 400 pés de laranja, 100 jaqueiras, muitas limeiras, ateiras, bananeiras, jabuticabeiras, coqueiros, umbuzeiros, roseiras, fruta-pão, guabirobeiras, jamborjões, mamoeiros, eucaliptos, plantações de piteira, de palmatória, de capim, tudo tratado com esmero. Aos lados, trepando pelos altos, grandes plantações de algodão. Uma organização simples e eficiente”.

Tudo era de uso comum. Todos se vestiam de preto. A direção cabia aos secretários do beato, liderados pelo alagoano Izaías, que distribuía as tarefas e as rações chamadas “comissões” pelos moradores. Para o general Cordeiro Neto, então Chefe de Polícia do Ceará, Izaías era uma espécie de primeiro-ministro, acrescentando que ao “mulato astuto e inteligente” também cabia zelar pela segurança do beato e do ajuntamento.

1. 2.5 Ameaça Comunista

O jornalista Tarcísio Holanda, em seu artigo “Chacina do Caldeirão” – Jornal do Brasil, de 01/02/1981 escreve:

O Caldeirão místico e político começava a ferver. Na ânsia de reaver o sítio para os Salesianos, o advogado Norões Milfont abriu baterias contra o beato. Foi até ao governador Menezes Pimentel e à autoridade religiosa acusar o ajuntamento de ser uma ameaça comunista, brandindo com a lembrança de Canudos de Antônio Conselheiro. As acusações encontravam eco em alguns políticos ligados à

poderosa LEC (Liga Eleitoral Católica), no Ceará.

De todo o jeito, o beato e seu povo viviam em boas graças com os vizinhos. Um artigo de José Alves de Figueiredo para o jornal “O Povo” (hoje é o maior jornal do Ceará; na época era dirigido pelo ex-Senador Paulo Sarasate) é revelador. Após enaltecer as qualidades pessoais de José Lourenço e contestar as acusações, o jornalista relata um fato.

Com falta de gente para limpar suas terras, pedira ajuda ao beato, que prometeu um “adjutório”. Dia seguinte 400 homens apareceram na propriedade do jornalista com pás, enxadas, machados e foices, além de comida. Dois dias depois, tinham limpado mais de 1000 hectares.

Ao ler o artigo, o Chefe de Polícia do Ceará, capitão Cordeiro Neto, ficou preocupado. O General observa: “Um cidadão que consegue reunir 400 homens de uma hora para outra merece um pouco de atenção das autoridades”.

Na ocasião, 1936, as autoridades deram toda a atenção: numa reunião do Palácio da Luz, entre o governador Menezes Pimentel, o Secretário de Estado Andrade Furtado, o Chefe de Polícia Cordeiro Neto e o Bispo de Crato, D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, ficou decidido que haveria imediata ação policial para destruir o sítio e obrigar os habitantes a voltarem para os Estados de origem.

O general Cordeiro assegura que nada fez levemente. Começou por mandar dois investigadores ao ajuntamento, onde esperaram

dois dias enquanto Isaías os investigava, até poderem falar com o beato.

Neste meio tempo, um outro fato preocupou o Chefe de Polícia: Telegrama do Delegado do Município de Santa Quitéria dava conta de que um homem barbado, vestido com algo parecido com uma mortalha preta, fazia pregações e aliciava homens e mulheres para o Sítio Caldeirão. Severino Tavares foi levado para o Gabinete do Chefe de Polícia por dois homens.

Ao entrar, elevou os olhos para o céu e clamou: “Que os castigos de Deus caíam sobre este Gabinete”. O capitão Cordeiro Neto achou que o camponês mulato, mas de feições negras, “estava muito empolgado”; mandou que a barba dele fosse feita, acalmou-o e o mandou para a Casa de Detenção. O artigo de J.A. de Figueiredo acabara de sair e o militar ficou matutando: “Qual o objetivo do beato pregar suas idéias pela zona Norte do Ceará, quando ele vivia no outro extremo, na zona Sul do Estado?”

1.2.6 Investigação Policial Militar Velada⁷

O Chefe de Polícia (atual Secretário de Segurança), Capitão do Exército Brasileiro, Manoel Cordeiro Neto, chamou ao seu gabinete o Cap. PM José Bezerra, veterano chefe de volantes na perseguição a cangaceiros nos sertões cearenses, e determinou que o mesmo fizesse uma investigação (levantamento) do Caldeirão.

O Capitão PM José Bezerra, usando uma história cobertura (história fictícia), e passando-se por industrial, penetrou

⁷ Velada – termo policial militar significa secreta, sigilosa.

nos domínios dos fanáticos, estudando, dizia, as possibilidades econômicas da região, no que concerne à indústria de oiticica. Ali, chegando, logrou como toda gente, uma acolhida atenciosa e prazenteira que caracterizava a hospitalidade do beato Lourenço. Almoçou com o beato e bebeu até do seu vinho francês.

O Cap. PM José Bezerra tem, portanto, de lançar mão de toda sua experiência, de velho batedor de sertões para dissipar as suspeitas iniciais. Foi admitido, enfim, à presença do Chefe (beato), que raramente viveu em sua residência oficial.

Encontrou-o num casebre de taipa numa rede confortável cercado de mocinhas de olhar distante, inebriadas pela palavra mansa do beato. Terminada a entrevista, regressa a Fortaleza, de onde enviaria propostas comerciais.

No relatório, o Cap. PM Bezerra definiu o ajuntamento como perigoso; armas não vira, mas, pela quantidade de homens, dizia não poder desprezar que houvesse armamento escondido. O general Cordeiro Neto acrescenta:

- Eu também estava informado de que havia uma exploração de extrema esquerda lá dentro, com gente oriunda da Revolução Comunista de Natal, de 1935. O beato praticava, embora em sua ignorância, um regime de comunidade, pois todos trabalhavam para depósitos comuns. O secretário Izaías distribuía as rações, ou “comissões” pelo número de pessoas de cada família. Era na comunidade que praticava um socialismo calcado numa religião primitiva.

1. 2.7 Expedição e deslocamento da Polícia Militar do Ceará

As tropas da Polícia Militar do Ceará destinadas ao Cariri constavam, originalmente, de uma Companhia (150 soldados) de Fuzileiros e uma Seção de Metralhadoras Leves, sob o Comando

do Capitão PM José Bezerra, tendo como subcomandantes os seguintes oficiais PM:

- a) 1º Ten. PM Abelardo Rodrigues⁸
- b) 2º Ten. PM Martinho Rodrigues Neto⁹ -
- c) 2º Ten. PM Alfredo Dias da Cruz¹⁰

O Contingente da Polícia Militar chegou ao povoado de São Sebastião perto do Caldeirão em 13 de setembro de 1936. Nesse local houve uma falha. O agrônomo Álvaro Melo ficou encarregado de controlar o lugar. Ele acabou revelando a aproximação da expedição. Assim, quando a tropa chegou ao sítio, o beato José Lourenço já havia fugido.

1. 2.8 A Invasão do Caldeirão pela Polícia Militar do Ceará

As tropas da Polícia Militar se aproximaram do Caldeirão na manhã do dia 14 de setembro de 1936. Com prudência e pondo em prática os conhecimentos estratégicos e táticos, o alto Comando da operação decidiu por montar um acampamento em terreno elevado, de onde passara a observar e monitorar toda a movimentação da comunidade, que estava instalada em uma área de aproximadamente 1200 hectares, com uma população estimada à época em 1500 pessoas, alojadas em cerca de 400 barracos. O Delegado de Ordem Política e Social, Tenente do Exército

⁸ **Abelardo Rodrigues.** 1º Tenente PM. De tradicional família cearense, galgou o posto de Coronel PM, tendo assumido o Comando da Polícia Militar do Ceará, no período de 28/02/1947 a 18/03/1947.

⁹ **Martinho Rodrigues Neto** – 2º Tenente PM. Nasceu em 08/12/1901, na cidade de Fortaleza-CE. Ingressou na Polícia Militar em 19/05/1921. Exerceu várias funções de destaque na corporação. Foi promovido ao posto de Coronel PM em 23/06/1959.

¹⁰ **Alfredo Dias da Cruz** – 2º Ten. PM. Nasceu na Cidade de Ipu-CE em 22/07/1900, tomou parte efetiva na Revolução de 1930, combateu o Bando de Lampião. Faleceu no posto de Coronel PM, em 20/04/1986, em sua residência na capital cearense.

Brasileiro José Góes de Campos Barros (hoje General da Reserva), que participou da operação, comenta:

- A situação tática, no caso de luta, seria, necessariamente, favorável aos defensores, já pela topografia do terreno, já pelo fato de a casa de José Lourenço constituir o centro de círculos, cujas circunferências se delineavam pelas numerosas casas de taipa, habitadas por seus fiéis.

O Capitão Cordeiro colocou piquetes nas estradas do arraial e determinou o avanço: todos os casebres seriam vasculhados, da periferia para o centro, levando-se presos, para a casa do engenho, todos os homens. No relatório ao Governo do Ceará, transformado depois no livro **A Ordem dos Penitentes**¹¹, o tenente do Exército Brasileiro José Góes de Campos Barros conta:

Partindo as patrulhas, as duas horas seguintes decorreram dentro de um silêncio absoluto. Ao clarear

¹¹ **Ordem dos Penitentes** – Pertence ao gênero dos organismos associativos, iniciáticos e operativos ou iniciáticos e filosóficos, nascidos de pessoas que se reúnem, secretamente, inspiradas sob a tutela fraternal da justiça e da solidariedade. Esse tipo de organização remonta ao início das obras do Templo de Salomão. Chamavam-se de Pedreiros Livres os seus obreiros. Difundida e aplicada, essa Sublime Arte, no Oriente, cedo alcançou a Europa, recebendo dos franceses a tradução idiomática de Mansons. Passou ao resto do mundo com essa designação. Vieram, em seguida, a Ordem dos Templários, Ordem dos Carbonários, Ordens Missionárias, além de tantas outras, vinculadas ou não à Igreja Católica, fluindo desse gênero a Ordem dos Penitentes.

Essa Ordem chegou ao Brasil por volta do Século XVIII. Possui, a exemplo de todas as instituições de caráter iniciático, suas regras próprias de autoflagelação, sendo das mais rígidas que se tem conhecimento. Seus membros se reúnem sob a tutela de um chefe chamado Beato. Esse Beato possui um Secretário, além de outros menos graduados, e exercem os seus trabalhos místicos debaixo do mais absoluto segredo. Costumam executar suas práticas em estradas pouco movimentadas, cemitérios antigos ou lugares abertos ao público e não freqüentados durante a noite.

Fonte: Aragão, R. Batista, **Tragédias que envergonham o Ceará** Fortaleza, 1999.

do dia, a paisagem ressequida se nos apresentou movimentada pelas colunas de crentes, vestidos de luto, que a visita indesejável despertara em sobressalto; de longe, lembravam formigas negras descendo pelos morros, percorrendo o fundo dos pequenos vales, acossados por alguns imperativos climáticos.

Como reses bravias num curral, homens, mulheres e crianças se comprimiam uns contra os outros, olhando-nos com ódio e temor; a severidade dos semblantes; a atitude reservada e a uniformidade negra das indumentárias não deixavam de emprestar à cena uma grandiosidade lúgubre e triste, como uma expectativa de catástrofe. Apenas, num contraste irônico, quatro loucos, amarrados a um canto, sorriam sem procurar compreender. Parecia olhar fixo o inferno; e eu me lembrei de Dante. Um velho de barbas longas, meio calvo, e de olhar brilhante, erguendo para o alto as mãos sujas e esqueléticas, proferiu, dramático. 'Vossa Mercê é poderoso, mas, acima de tudo, está o poder de Deus'



Capitão EB Cordeiro Neto, responsável pela repressão aos seguidores do Beato José Lourenço, quando chefe de polícia.

O Tenente Góes mandou recensear o arraial e se surpreendeu: 75% eram do Rio Grande do Norte, 20% de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Maranhão e Piauí; e só 5% do Ceará mesmo. O Chefe de Polícia então ofereceu passagem de trem ou de navio para as cidades de origem. Ninguém aceitou. E também ninguém reivindicava nada como se dizendo que tudo ali era de todos, por isso não tinha dono. Isso foi uma complicação; como conta o General Góes:

O núcleo já contava com cerca de 400 casas e os bens da comunidade, representados em cavalos, porcos, bois precisavam de uma aplicação honesta e justa. Fazia-se necessária uma medida drástica e radical, de modo a não ser mais possível a sua reconstituição, mediante a afluência de romeiros que, de longe, já vinham atraídos pela santidade do preto sagaz. Falava-se em presentes de 20 contos de réis, que eram incorporados à economia simples daquele Estado Comunista e Teocrático. Quanto aos doadores, alistavam-se na turma de trabalhadores e penitentes, cuja faina só era interrompida pelas prolongadas e fatigantes orações.

1. 2.9 A Intervenção no Caldeirão

Depois de controlada a Comunidade, pelas tropas da Polícia Militar, o Chefe de Polícia Cap. Cordeiro Neto e o Delegado do DOPS José Góes de Campos Barros voltaram a Fortaleza, deixando o Cap. PM José Bezerra como interventor em Caldeirão. Com ele ficaram um grupo de soldados, o Tenente PM Alfredo Dias da Cruz com a missão de fazer incendiar as choupanas, à medida que fossem desocupados por seus miseráveis habitantes para evitar novo ajuntamento.

O jornalista Tarcisio Holanda em seu artigo Chacina do Caldeirão escreve:

*Precavido, o capitão Cordeiro Neto dirigiu
ofício ao Juiz de Direito do Crato.*

*“Diz o capitão Manuel Cordeiro Neto, Chefe
de Polícia deste Estado, abaixo assinado, que
tendo, em diligência policial feita no sítio
Caldeirão, deste termo, arrecadado os bens dos
constantes três documentos anexos, inclusive a
quantia de sete contos e 75 mil reis, esta
procedente da venda de objetos deterioráveis
para ressalva de seus direitos e de sua
autoridade e para os fins legais, quer fazer o
competente depósito judicial para o que requer
a V. Exa. que se digne nomear depositário para
os ditos bens e mandar prosseguir nos ulteriores
de direito.*

O que o Chefe de Polícia devolveu “*foi uma ínfima parte do que foi saqueado*”, assegura o ex-Deputado Antônio Alencar Araripe. Ele e o advogado Ademar do Nascimento Fernandes Távora (irmão de Juarez Távora) representaram o beato José Lourenço numa ação contra o Estado, em 24 de fevereiro de 1944. O Procurador contestou e alegou que já estava prescrito.

R. Batista Aragão no seu livro, “Tragédias que Envergonham o Ceará” pág. 166, escreve:

*Além de uma infinidade de coisas, desde quatro
máquinas de costura a vinhos e conhaques
finos, o beato relacionou “um relógio de parede
grande e da melhor qualidade” e várias jóias;
um quilo de ouro de lei em medalhas, moedas,
correntes e objetos de adorno, assim como um
relógio de bolso Patek Philip de ouro de lei com
corrente de medalha do mesmo metal, dois*

relógios Omega, 12 anéis de ouro de lei (um com brilhante e outro com rubi).

Os advogados sustentaram que seu constituinte fora vítima de um ato de absolutismo, com a invasão de sua casa e das de seus seguidores, definido como um atentado ao direito de propriedade e desapropriação sumária e ameaça de prisão, o que o forçou a emigrar, embora nenhum delito tivesse cometido.

O advogado Antônio Alencar Araripe diz que o Capitão PM José Bezerra comandou um verdadeiro saque aos bens do beato, no seu entender a Diocese do Crato teve parte na culpa, pois não pretendia pagar indenização ao beato pelas benfeitorias e usou seu prestígio, com o da Liga Eleitoral Católica, para forçar o Governo Pimentel “ e a evacuar a propriedade e cometer o crime monstruoso de sua destruição”.

Na ação judicial, os advogados pediam indenizações de Cr\$ 400,00, uma fortuna na época, e juntavam documentos comprovando a idoneidade moral do beato (nunca fora processado por crime) e sustentando que fora vítima de esbulho por parte da polícia. O relato dos bens do beato dá uma idéia do trabalho desenvolvido no sítio do Caldeirão:

Doze casas de moradia, uma de engenho, dois açudes de terra; um cercado com 4.012 braças de cercas de circunferência com mais de 1.000 tarefas de algodão em produção; uma vazante de capim com 506 braças de extensão; uma capela em construção, quatro tarefas de cana-de-açúcar; 10 cancelões de madeira; e centenas de árvores frutíferas, nomeadas uma a uma.

Nomeia ainda 181 bois, 18 burros, 03 cavalos de campo com todos os arreios, 04 de sela (entre eles o de fina qualidade denominado Trancelim); 90 cabeças de animais, entre éguas, burros novos, jumentos e poltros; 200 cabeças de caprinos, 150 lanígeros, 1.500 de porcos, 05 pavões, 04 emas grandes, 02 araras, 26 papagaios faladores, 1.518 aves diversas, entre patos, marrecos, etc., 150 galináceos, 2.000 mocós mansos.

E mais: 600 arrobas de algodão, 300 quartas de farinha, 50 cargas de rapadura, 40 quartas de milho, 40 quartas de arroz com casca, 30 quartas de feijão, 02 sacos de café, 30 sacas de sal; “uma oficina de ferreiro, completamente montada com abundância de todos os seus utensílios necessários; uma outra oficina de carpinteiro, com tudo de necessário para o trabalho dessa arte; uma outra de flandeiro e uma outra de sapateiro.”

O General Cordeiro Neto nega que tenha havido saque, mas o mal feito à comunidade do Caldeirão fica bem expresso no livro do tenente Góes.

Deve ter sido doloroso, para o coração fanatizado daqueles pobres sertanejos, o espetáculo da primeira noite de ocupação; as suas inteligências simples nunca poderiam justificar semelhante violência; a visão das primeiras casas devoradas pelas chamas, pontilhando os morros de clarões sinistros, ateou-lhes nalma a fogueira do rancor e da vindita. Na calada da noite, incêndios misteriosos devoraram os depósitos de algodão e víveres, ardente protesto que obrigou o comandante da tropa a se precaver contra futuras acusações de vandalismo.

O jornal cearense “**O Povo**”, que era simpático à destruição do Caldeirão, denunciou os demandos cometidos pelas tropas policiais, na sua edição de 30/09/1936, no teor seguinte:

(...) desde que a polícia se insurgiu contra o Beato, pondo termo à vida estranha que o mesmo levava naquele Sítio, estacionou ali um destacamento, incumbido de manter a ordem e não permitir, certamente, a reorganização do centro de fanatismo e retardamento social que as autoridades cearenses vislumbraram no pacato município. Entretanto, segundo informações que nos têm sido enviadas, o destacamento em apreço está pondo em leilão todos os pertences de José Lourenço. Algodão,

animais, utensílios domésticos, tudo, enfim, é vendido sem a menor formalidade legal, ao mesmo tempo em que se destroem casas e se impõe a mudança de domicílio de seus habitantes. Por mais elogiável que pareça o gesto da polícia, na investida que levou a efeito, não lhe assiste, entretanto, o direito de dispor dos bens do Beato e de seus sequazes, os quais são devidamente assegurados pelas leis do país.



Capitão PM José Bezerra, temido caçador de bandidos no sertão, morto juntamente com seu filho Sgt. Anacleto, na emboscada armada pelos fanáticos do beato José Lourenço, no Caldeirão.

1. 2.10 A Morte de Trancelim

Em reportagem do jornalista Tarcísio Holanda, conta o General Cordeiro Neto, “que o capitão PM José Bezerra resolveu montar em Trancelim, cavalo de estimação do beato José Lourenço, enquanto o beato Isaias advertia o Chefe de Polícia: **“Que Capitão, não consinta nessa desgraça. Vai cair um**

castigo sobre todos.” José Bezerra cavalgou a noite toda, exaustivamente, tanto que Trancelim morre no dia seguinte, “talvez porque não estivesse acostumado à montaria”. Para o pessoal do Arraial, o beato subiria aos céus montado em Trancelim. De manhã, Bezerra mandou arrancar os cascos do animal”.

Algum tempo depois, o Chefe de Polícia precisou transferir o capitão José Bezerra para a Cadeia Pública de Fortaleza, onde ainda estava Severino Tavares, o seguidor do beato. Ao se encontrarem, Bezerra contou em detalhes a operação e a morte do cavalo, mas não levou a sério a ameaça do prisioneiro.

- O senhor, Capitão, vai pagar caro o couro de Trancelim.

Dias mais tarde, o Chefe de Polícia, Cordeiro Neto, recebeu uma carta de Severino Tavares, que pedia sua libertação com o argumento de que iria reassumir sua profissão de comboieiro, pois nada mais restava do Caldeirão. Foi atendido, com a recomendação de que se apresentasse ao novo Delegado de Juazeiro, a esta altura o recém-nomeado Capitão José Bezerra. Severino apresentou-se, entregou uma carta do Chefe de Polícia e sumiu.

Nesse tempo todo, os fugitivos voltaram a se reagrupar, sob a inspiração do beato Lourenço, em quem a polícia jamais conseguiu pôr as mãos. Eram pelo menos 3.000 pessoas vivendo em cerca de 400 choupanas de folhas e palhas, que mal davam para protegê-las do sol e da chuva. Dirigidos pelo beato, abriram imensos buracos na terra para guardar víveres, especialmente feijão e milho. Com medo de ser preso pela polícia, o beato passou a comer e a dormir nas palhoças de seus seguidores. As terras, na Chapada do Araripe, eram devolutas.

Severino Tavares assumiu, então, o comando de uns 100 homens, dos mais fortes, pois estava disposto a vingar as humilhações sofridas no Caldeirão. Arquitetaram uma cilada para o Capitão PM José Bezerra.

1. 2.11 Chacina A morte do Capitão PM José Bezerra

O potiguar Sebastião Marinho, pertencente ao grupo de Severino Tavares, procurou o Delegado de Polícia de Juazeiro, que era o Capitão PM José Bezerra, e o convenceu que Severino Tavares queria um entendimento, oferecendo-se para levá-lo ao acampamento, no lugar Mata dos Cavalos, perto da Vila Conceição, no sopé da serra do Araripe. O tempo todo dizia que o beato era contra o plano de Severino.

Era 10 de maio de 1937, Bezerra e seus homens partiram de manhã cedo num caminhão. Perto da casa de Severino, Bezerra resolveu seguir a pé, deixando no veículo um sargento e cinco praças. A Revista Policial de 1937 registra que o destacamento era formado pelo Capitão PM José Gonçalves Bezerra, 1º Sargento PM Anacleto Gonçalves Bezerra (seu filho), 3º Sargento Jaime Olímpio da Rocha (genro do Tenente Antônio Pereira), Cabo PM Benigno Gomes da Silva e os soldados PMs Josafá Torquato Gonçalves e Álvaro Gonçalves Bezerra (também filho do Capitão).

Sebastião levou a volante por uma vereda e o Capitão advertiu: **“Quando a casa do homem estiver perto, o senhor me avise para eu me preparar”**. De repente, uma mulher passou correndo à frente do grupo; Bezerra sentiu que ela denunciaria a volante e correu para agarrá-la. Todos entraram num espesso capão e foram atacados por muitos homens (seguidores do beato).

A Revista Policial (da Polícia Cearense), ano IV – Ceará – Fortaleza, de 26 de maio de 1937- n.º 34, registra a emboscada

através do relato dos Sargentos PMs Jaime Olímpio da Rocha e José Marcolino Brasileiro, os únicos sobreviventes da tragédia.

Foi um instante dramático. Surgindo do matagal, os fanáticos envolvem o capitão Bezerra, que não tendo tempo sequer de sacar sua pistola, como dos fuzis não puderam lançar mão os soldados. E a luta corpo a corpo se trava violenta, entre o capitão e seis soldados de um lado, e de outro cerca de 100 fanáticos, armados de rifle, espingardas, foices e cacetes sob a chefia de Severino Tavares. Os fanáticos pareciam visar especialmente ao capitão, e dividiram-se em grupos de modo a isolarem-se das praças.

E adiante prossegue a revista

apenas o sargento Brasileiro apresenta um ferimento por arma de fogo. Os demais foram atacados a cacetetes e foices. O ferimento mortal do capitão Bezerra, que recebeu numerosas cacetadas, foi feito por uma foiçada na nuca, que o prostrou, rebentando-lhe os miolos. Somente os sargentos Jaime e Brasileiro lograram escapar. Aquele fingiu-se caindo ao solo, onde ainda, assim, recebeu várias pauladas. O sargento Anacleto, já depois de morto, foi apunhalado por um fanático.

Aproveitando-se da tremenda confusão, conclui a revista, os sargentos Jaime e Brasileiro, arrastando-se penosamente, chegaram até o caminhão onde estava o resto da força, a cerca de 200 metros do local do conflito. E aí comunicaram o brutal ocorrido à guarnição do carro.

Todos os corpos estavam terrivelmente mutilados, cobertos de sangue. Junto ao corpo do Capitão PM José Bezerra estavam três cadáveres de fanáticos, conhecidos como “Santo Anastácio” “São Pedro” e “São Cosmo”, que tomaram parte da investida da Igreja de Juazeiro e era membro da célebre “Corte Celeste”. Os cadáveres foram em caminhão para Juazeiro, ficando no teatro dos acontecimentos uma força policial sob o comando do Tenente PM Antônio Lima.



“Beatos” que se diziam Santo Anastácio, São Pedro e São Cosmo. Foram encontrados mortos ao lado do cadáver do Cap. José Bezerra

1.2.12 O fim do Caldeirão

No dia 10 de maio de 1937, chegou ao Juazeiro-CE a tropa da Polícia Militar conduzindo os corpos dos militares. Neste mesmo dia, aterrizavam na Meca do Cariri três pequenas aeronaves conduzindo como passageiros, o Comando Militar do Estado. Eram os aviões denominados de “Paraíba “ e “Charco”, além de um “C-83”, sob o Comando Geral do então Capitão Aviador José Macedo. A ordem para o deslocamento das

aeronaves de Fortaleza para o Cariri partiu do então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra e visava auxiliar o Exército e a Polícia a por fim ao levante de fanáticos, comandados pelo beato José Lourenço. Eram passageiros o próprio Chefe de Polícia, seu assessor Capitão José Góes de Campos Barros e o Chefe da Força Policial Tenente PM Alfredo Dias da Cruz.

Em Juazeiro, além do comando local, eram esperados de Fortaleza, por via ferroviária, os Tenentes Abelardo Rodrigues, Antônio Pereira do Nascimento, César Borges, José de Lima Oliveira e o Tenente Garcia, além de 95 praças de Infantaria, nesses incluindo-se um pelotão de metralhadoras leves. Houve consternação e revolta, além de redobrado ódio contra os assassinos¹².

Instalados em Juazeiro, o Capitão Cordeiro Neto preparou o ataque, auxiliado pelo Tenente José Góes de Campos Barros (Delegado do DOPS), Tenentes PMs Alfredo Dias, Germano e Antônio Silva, além do Capitão PM Abelardo Rodrigues (Chefe da Companhia). Às 14h desse dia (10 de maio de 1937), o Tenente PM Assis Pereira e 30 homens saíram de Juazeiro para sitiá-los os seguidores do Beato, enquanto que o Comando Superior, representado pelo próprio chefe de Polícia, fazia vôos de reconhecimento, orientando o comando de terra e preparando a rota que levaria Caldeirão aos seus destinos finais.

Concluídos os serviços de reconhecimento aéreo e ocupação de pontos estratégicos pela infantaria (11-05-37), designou-se o dia seguinte, 12 de maio de 1937, para realização da operação final.

1.2.13 Bombardeio do Caldeirão

No dia 12 de maio de 1937, pela manhã e à tarde, sem nenhum aviso e sem que fosse dada chance de defesa aos

¹² Aragão, R. Batista - Tragédias que Envergonham o Ceará – Fortaleza –CE - 1999

moradores, inicia-se uma verdadeira operação de guerra. Os aviões despejando bombas nos diversos locais, destruindo casebres e metralhando a quantos indivíduos buscavam escapar pela fuga. O historiador cearense R. Batista Aragão diz que: *“Como arremate da operação entrou em prática expediente nunca visto em semelhantes contingências despejando-se gasolina por sobre os casebres e tornando o espetáculo ainda mais dramático. Verdadeiras tochas humanas saíam aos berros, como se fossem animais enlouquecidos ou cães raivosos em apavorante confronto”*.

Após o bombardeio e a destruição pelo fogo, as tropas da Polícia Militar do Ceará que se encontravam acantonadas próximo da comunidade (Caldeirão) entraram em ação desalojando os moradores que ainda restavam e metralhando as pessoas que saíam dos esconderijos e buscavam refúgio na floresta do Araripe. Miseráveis mães de famílias conduzindo crianças de tenra idade eram impiedosamente fuziladas.

O jornalista Tarcísio Holanda do Jornal do Brasil em reportagem sobre o Caldeirão escreve: *“Foi o primeiro bombardeio aéreo sobre um ajuntamento civil no país”*. Finda a batalha, o Tenente PM Alfredo Dias da Cruz contou os cadáveres.

Chegou a oitenta. O Chefe de Polícia, no entanto, foi mais longe. Asseverou que havia cerca de 200 cadáveres. A verdade, no entanto, dita por aqueles que, desapaixonadamente, avaliaram o terror da chacina, contava-se entre torrões humanos e corpos mutilados volume superior a mil cadáveres. Não havendo como enterrá-los e segundo o próprio Chefe de Polícia, resolução superior do comando autorizou a incineração dos cadáveres.



2° Ten. PM Alfredo Dias da Cruz, comandou uma das colunas no ataque final aos seguidores do beato José Lourenço no Caldeirão.

1. 2.14 Promovidos e Elogiados

Publicamos abaixo o teor dos Boletins da Força Pública (Polícia Militar do Ceará) promovendo e elogiando os seus valentes soldados trucidados no cumprimento do dever:

Exclusão de Oficial – Louvor e agradecimento: Seja excluído, por haver falecido, ontem, no lugar “Conceição”, do Município do Crato, mutilado a arma branca por um grupo de fanáticos do famigerado e bem conhecido “Beato Lourenço”, quando realizava ali, uma diligência policial, o Sr. Capitão José Gonçalves Bezerra. Embora profundamente penalizado, este Comando deixa aqui consignados os seus sinceros louvor e agradecimentos, a esse tão bravo quão digno oficial que até o último momento de existência soube tão alto elevar o nome da Força Pública Cearense.

O Capitão Bezerra, tendo sido como foi emboscado e, portanto, pegado de surpresa por um grupo de asseclas do “Beato

Lourenço”, demonstrou uma bravura rara e, assim, digna de especial menção, pois lutou como herói, até sucumbir ao número maior de fanáticos.

Recompensa – Promoções e elogios – Sejam PROMOVIDOS aos postos de Sargento ajudante, 3º Sargento e cabo respectivamente, o 1º sargento da 3ª Cia. do 2º B.C. Anacleto Gonçalves Bezerra, Cabo Benigno Gomes da Silva e soldado Josafá Torquato Gonçalves, pela bravura demonstrada quando em diligência ultimamente, no lugar “Conceição”, do município do Crato, sob o comando do malogrado Capitão José Gonçalves Bezerra, junto ao qual souberam lutar com lealdade e denodo, dignos de serem imitados, até o momento em que tombaram sem vida sob o cutelo dos fanáticos que obedecem à orientação do famigerado “Beato Lourenço”; e

Elogiados – Os Sargentos Brasileiro e Jaime, pela nítida compreensão dos seus deveres, demonstrada na mesma diligência, ontem, de cuja luta resultou saírem feridos, em consequência do que se acham no Hospital “S. Francisco”, do Crato, correspondendo, assim, cada um, à promoção feita ultimamente.

Exclusões – Este comando, profundamente compungido, exclui, por falecimento ex-vi do tópico anterior, o sargento ajudante Anacleto Gonçalves Bezerra, o 3º sargento PM Benigno e o cabo PM Josafá Torquato Gonçalves, bravos e leais camaradas, que tão alto souberam dignificar o nome da nossa milícia.

1. 2.15 Promovido “pós-mortem”

Foi do teor seguinte o decreto promovendo à Major “pós-mortem”, o Capitão Bezerra:

*O Doutor Francisco de Menezes Pimentel,
Governador do Estado do Ceará, tendo em vista
que o Capitão da Força Pública José Gonçalves
Bezerra, ultimamente investido no comando da*

3º Companhia daquela Corporação, com sede na cidade de Juazeiro, incumbido pelo Governo da manutenção da ordem pública, na Zona do Cariri, ameaçada de perturbação por uma horda de fanáticos, insuflada pelo “beato” José Lourenço, encontrou a morte em combate com os referidos fanáticos, lutando heroicamente na defesa dos interesses da coletividade.

Considerando os relevantes serviços prestados ao Estado pelo mencionado Oficial que, no desempenho da missão que lhe foi cometida, não trepidou em sacrificar a própria vida, dando assim, aos seus camaradas, edificante exemplo de bravura e alta compreensão dos seus deveres, elevando o nome e a tradição da Força Pública.

RESOLVE, usando da faculdade que lhe confere a Constituição Estadual, e na conformidade do disposto no artigo 9º do Decreto n.º 1.435, de 28 de dezembro de 1934, promover “pós-mortem” por ato de bravura ao posto de Major o Capitão José Gonçalves Bezerra.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em 11 de maio de 1937.

Dr. F. de Menezes Pimentel
J. Martins Rodrigues

CAPITULO II-A PMCE E A DEFESA DAS FRONTEIRAS DO ESTADO

2.1. Questões dos Grossos

2.1.1 Antecedentes

No Brasil, sempre houve questões de limites entre os Estados-Membros, problemas que remontam às antigas demarcações das sesmarias. O nordeste brasileiro não ficou isento desses conflitos. Em 1903, o Estado do Ceará entrou em questão com o vizinho Estado do Rio Grande do Norte pela posse da terra. A área litigiosa era a Praia dos Grossos, próximo ao Porto de Areia Branca, no Município de Aracati, a 130km da Capital cearense.

Para a região, já haviam sido destacadas tropas potiguares, sendo necessária a intervenção do Presidente do Estado do Ceará, Dr. Augusto Borges, que enviou 50 policiais militares para o local sob o comando do Major PM Raimundo Arrais, tendo como subcomandante o Tenente PM Raimundo Ferreira Lima. A situação era tensa na região, o que levou o Presidente (Governador) a determinar ao Coronel PM Francisco Cabral da Silveira, então comandante do Batalhão de Segurança (hoje Polícia Militar do Ceará), a deslocar tropas da nossa Corporação para o local, a fim de reforçar o contingente que já se encontrava na região.

2.1.2 Expedição Policial Militar a Aracati

Tendo em vista que a área litigiosa disputada por ambos os Estados encontrava-se sob estado de tensão, o Governador cearense determinou que contingente do Batalhão de Segurança (denominação à época da Polícia Militar do Ceará) seguisse para aquele Município visando assegurar e manter a ordem e a

tranqüilidade pública, como se pode constatar na ordem do dia a seguir:

Ordem do dia n. 9 (15 de janeiro de 1903 - Fortaleza) EXPEDIÇÃO. Segue hoje para a Villa dos Grossos uma expedição composta da ala direita do Batalhão e Secção de Cavallaria, tudo sob meu commando, servindo de ajudante o Senhor Capitão João Fontelles Linhares, Secretário Tenente Alfredo Nunes Weyne, Quartel Mestre interino Tenente Alfredo Alves Cavalcante, commandante da 1ª Companhia Capitão Eduardo Fernandes de Medeiros, Commandante da 2ª Capitão José Marcondes Ferraz e subalterno Alferes João Francisco do Monte e ainda o Capitão Médico Dr. Bruno de Miranda Valente. A força de infantaria composta de 150 praças e 10 da Secção de Cavallaria sob o Commando do Senhor Tenente Eduardo Liberalino Milfont. As praças que seguem da ala esquerda devem ser consideradas addidas às Companhias da ala direita. Espera este commando que nesta expedição o Batalhão confirme o nome que tem os créditos de que goza, dando exemplos de ordem e disciplina.

Segundo pesquisa procedida no livro “Pedaços do Meu Passado” (memórias), de Alfredo Nunes Weyne – 1981 – Fortaleza –CE, que participou da expedição como Tenente-Secretário, afirmamos:

Na tarde do dia 15 de janeiro de 1903 foram batidas várias fotografias dos componentes da expedição da Policia Militar do

Ceará em garbosa forma à frente do Quartel do Batalhão de Segurança, vizinho ao Teatro José de Alencar, alguns anos depois o Centro de Saúde e, após, recebidas as determinações militares, o Batalhão de Segurança (Policia Militar), iniciando sua jornada, partia ao som do conhecido e triste dobrado **“Saudade de Minha Terra”**, executado pela banda de música major Xavier Torres, da Polícia Militar do Ceará.

Nas ruas, o povo sensibilizado comprimia-se para ver a partida, observando-se muitos a chorar, e grande multidão acompanhou a expedição até ela atingir as últimas casas do Bairro Joaquim Távora (Atapu), retornando à cidade. Prosseguindo, daí em diante, em marcha à vontade, com todos os oficiais PM a cavalo, chegaram a Messejana ao escurecer; onde a expedição fez uma parada e deram início aos preparativos destinados ao primeiro acampamento para cuja ronda noturna foram escalados vários policiais militares pelo Capitão PM Marcondes.

No dia 16 de janeiro pela manhã a expedição reinicia a marcha. Transpuseram as cidades de Aquiraz, Cascavel até atingirem um local distante sete léguas da cidade de Aracati, onde instalaram um segundo e último acampamento.

Quando a expedição policial já estava alojada, o sentinela do acampamento avistou um cavaleiro em veloz galope vindo em direção da expedição. Era um civil (mensageiro) montado em forte cavalo, de nome “Campina”. Trazia ele urgente mensagem do major PM Arrais para ser entregue ao comandante do Contingente Policial Militar, da qual havia sido intermediário um dos chefes políticos de Aracati.

Após a leitura da referida comunicação, o Cel. PM Francisco Cabral da Silveira, reunindo a oficialidade, fez-lhe saber de que o Major PM Arrais pedia urgência na chegada, porquanto as forças competidoras acampadas à pequena distância, no porto de Areia Branca, realizavam evidentes movimentos de

próximo ataque. Dizia ter observado no mesmo local um pequeno vapor, de fornalhas já aquecidas, executando manobras suspeitas.

Diante de tais informações, o Cel. PM Francisco Cabral da Silveira declarou restar apenas prosseguir imediatamente em socorro das tropas da Polícia Militar do Ceará que já se encontravam no local e determinou ao então secretário Ten. PM Alfredo Nunes Weyne mandar executar rapidamente o primeiro toque de formatura geral, logo depois o segundo e o terceiro, dando desse modo os sinais de partida da expedição.

Poucas horas após reiniciado o deslocamento da expedição, começou forte chuva que se prolongou por toda a noite até a manhã do dia 17, tendo a chuva castigado a expedição de tal forma que transtornou em muito a progressão da marcha.

Tornou-se, então, necessário enviar a cavalaria da PM na vanguarda, em procura cautelosa da estrada que havia sido totalmente coberta pelas águas, principalmente em determinado trecho. É evidente que a expedição chegou a Aracati completamente encharcada, sendo preciso urgente fornecimento de roupas de baixo, no que foram gentilmente providos por parte dos negociantes locais.

Alojados temporariamente na cidade, para um ligeiro descanso uma vez que o Comandante pretendia seguir ao encontro do contingente da Polícia Militar que permanecia no local, a Villa dos Grossos. Na ocasião chega uma comunicação do Major PM Arrais, na qual dizia nada haver acontecido. Tudo fazia crer, acrescentava ainda, tratar-se de um arranjo intencionalmente preparado com o único fato de amedrontar as tropas da Polícia Militar do Ceará.

Diante da comunicação, o Cel. PM Francisco Cabral da Silveira suspendeu o deslocamento da expedição, permanecendo alerta, aguardando qualquer eventualidade.

No dia 18, o comandante da Expedição participou aos componentes da tropa a chegada de uma mensagem procedente de

Fortaleza, do próprio Presidente do Estado, Dr. Pedro Augusto Borges, na qual comunicou que *“Tendo o governo federal tomado conhecimento acerca dos fatos, trataria junto à Câmara no sentido de ser apresentada uma solução pacífica, deliberando esta, então, ser a contenda resolvida por meio de arbitragens”*

Desde que se havia tomado tal decisão, o comandante não via nenhuma necessidade de prosseguir até a Villa dos Grossos; todavia, aguardando os resultados, continuamos estacionados em Aracati. Passaram-se alguns dias até que chegou novo comunicado de parte do Governante. Avisava ter sido a questão entregue a uma comissão de árbitros, o que implicaria necessariamente a retirada de ambas as forças contendoras do local do litígio.

Desse modo, o comandante com seus soldados se unissem ao destacamento no Aracati, não antes, porém, de as forças do Rio Grande do Norte abandonarem Areia Branca.

Mesmo depois da chegada do major PM Arrais à cidade de Aracati, a Expedição da Polícia Militar demorou alguns dias para regressar a Fortaleza, durante os quais foi organizado um programa constante de festejos em homenagem ao contingente policial, destacando-se entre eles dois pomposos bailes e o tão programado banho na Beirada.

O Prefeito de Aracati, naquela época, era o chefe político e abastado comerciante Alexandre Costa Lima, homem de grande valor e cultura, em cuja fortuna se incluíam várias casas comerciais, bem como uma fábrica de tecidos. Durante a permanência da expedição na cidade, ele prestou gentilezas, proporcionando a todos o mais do que o indispensável para o conforto e bem-estar. Igualmente manifestando-se em amabilidades, o próprio povo de Aracati chegou a ofertar inúmeros presentes aos membros da expedição

O banho na Beirada encerraria os festejos à expedição, que em seguida, entrou nos devidos preparativos de regresso à Capital.

2.1.3 Regresso da Expedição da Polícia Militar de Aracati

No regresso à capital cearense, a expedição da Polícia Militar observou o mesmo itinerário de partida, chegando a Fortaleza uma tarde, após alguns dias de marcha. Para registro histórico transcrevemos as ordens do dia n. 16 (Regresso) e n.º 17 (Elogio).

Ordem do Dia n. 16 (5 de fevereiro de 1903 — Fortaleza)

EXPEDIÇÃO (Regresso) Tendo sido recolhido hontem à ala direita que, seguira em uma expedição a Villa de Grossos, congratulo-me com o Batalhão pelo modo porque foi desempenhada a referida missão, do que tratarei mais circunstanciadamente logo que chegue as minhas mãos por escripto, a tradução de bôa impressão que causou a pessoa do chefe do Estado, conforme externou por ocasião da apresentação da Officialidade.

“Ordem do Dia n. 17 (8 de fevereiro de 1903 — Fortaleza)

TRANSCRIÇÃO E ELOGIO — É com o mais justo orgulho e desvanecimento que transcrevo o seguinte acto do Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Estado transmittido em officio numero 82, da Secretaria de Justiça de hontem datado — 1ª Secção — Cópia — O Presidente do Estado tendo o merecido apreço a prompta execução das ordens transmittidas ao Coronel Commandante do Batalhão de Segurança para mobilisação da Fôrça Pública

que, sob seu commando, teve de seguir a aguardar ordens na cidade de Aracaty, a bem da defeza de elevados interesses do Estado e garantia aos direitos individuaes dos cearenses habitantes da povoação de Grossos, pondo, assim, mais uma vez em relevo a intelligencia e proveitosa direcção que tem sido dado ao Batalhão, o respeito a ordem, disciplina, comprehensão exacta do dever cívico e militar, quer pelo Coronel Commandante, como pela sua officialidade, e praças que fizeram parte do contingente ao qual foi confiado o desempenho de tão importante e milindrosa incumbencia, bem assim o sentimento e ardor patriótico que a todos animaram a par do mais correcto procedimento durante toda excursão recolhendo-se toda força e sua briosa officialidade a sede do Batalhão, depois de fielmente cumprirem as instruções do Governo do Estado. Attendendo mais que o contingente da força pública que se achava destacado na povoação de Grossos, sob o commando do major João Raymundo Arraes, comportou-se de modo bravo, digno e honroso, correspondendo o seu commandante plenamente a confiança do Governo e comportando-se todos irreprehensivelmente, louva e reconhece ao Coronel Commandante do Batalhão e toda officialidade e praças que se achavam sob suas ordens os relevantes serviços que à causa do Estado prestaram em tão grave emergencia, recommendando que seja este acto publicado em ordem do dia para conhecimento de toda guarnição. Palácio da Presidência do Ceará

Fortaleza, em 06 de fevereiro de 1903. Doutor Pedro Augusto Borges. Antônio Sabino Monte. Está conforme ao original, 1ª Secção da Secretaria de Justiça, 6 de Fevereiro de 1903. Affonso Bezerra. Subscervo. Servindo de Director Balduino Ramos de Medeiros. Cumprindo pois um dever de Justiça louvo e agradeço aos officiaes abaixo a valiosa coadjuvação que me dispensaram no desempenho dos cargos de cada um, nos quaes mostraram muito zelo dedicação e actividade: Major Graduado João Raymundo Arraes, commandante da força em diligência na Villa de Grossos e depois Fiscal das forças expedicionárias, Major Graduado Dr. Bruno de Miranda Valente, médico; Capitão João Fontelles Linhares, Ajudante; Tenentes Alfredo Nunes Weyne e Alfredo Alves Cavalcante, Secretário e Quartel Mestre; Capitães Eduardo Fernandes de Medeiros e José Marcondes Ferraz, commandantes da 1ª e 2ª Companhias; Tenente Eduardo Liberalino Milfont, commandante da Secção de Cavalaria; Alferes João Francisco do Monte e Raymundo Ferreira Lima, subalternos. Finalmente louva a todas praças pelo seu correcto procedimento, durante as marchas e estadias em diversas localidades, mostrando sempre a melhor bôa vontade e disciplina — Francisco Cabral da Silveira — Coronel Commandante.

Para concluir, afirmamos que a Polícia Militar do Ceará, como órgão subordinado diretamente ao Governador do Estado e tendo por missão primordial a preservação da ordem pública e a segurança do Estado, desempenhou bem sua missão por ocasião

da “Questão dos Grossos”, o que foi motivo de elogio por parte do Governo do Estado. A Questão dos Grossos foi resolvida pelo Governo Federal, através de processo de arbitragem, tendo o Estado do Ceará perdido Grossos. Um dos árbitros da questão, o intelectual baiano Ruy Barbosa, votou a favor do Rio Grande do Norte, tendo sido este o motivo do fracasso do nosso Estado.

2.2.1 Cangaço (Origem)

O Cangaço é um tipo de luta armada do sertão brasileiro, do fim do séc. XVIII à primeira metade do séc. XX; o cangaceiro era o homem que se dedicava a esse tipo de atividade. A palavra já existia com outros sentidos, adquirindo tal acepção para caracterizar o fenômeno brasileiro, supostamente porque o cangaceiro tinha sempre atravessada nos ombros a sua espingarda, semelhando um boi debaixo da canga.

Os estudiosos distinguem três espécies de cangaço, o defensivo, exercido esporadicamente para a defesa de propriedades rurais, em virtude de ameaças de índios, disputas de terras, rixas de família etc.; o político, criado em função do poder dos grandes fazendeiros; e o independente, marcado por sentimentos caóticos de rebeldia sertaneja.

No primeiro caso, alcançado o fim específico a que se visava, dissolviam-se os bandos e os homens voltavam às suas atividades agrícolas. As brigas de família, sobretudo, mobilizavam constantemente bandos armados de cangaceiros, ou jagunços. Também o cangaço dito político foi, muitas vezes, resultado das rivalidades de clãs e oligarquias locais, empenhadas na luta política para consolidarem o seu poder.

O cangaço chamado independente aparece em fins do séc. XIX e está ligado, em suas raízes, como as demais formas, ao problema do monopólio da terra. Teve apenas alguns decênios de duração, mas deixou assinalada sua trajetória na vida social brasileira como um fenômeno complexo e perturbador, que teve

profundas repercussões na imaginação do povo, inspirando obsessivamente a literatura de cordel e o cancionero popular.

Cangaceiros famosos foram Jesuino Brilhante (1844-1879), cearense, morto em luta com a polícia; Lucas da Feira, baiano, enforcado em 1849; José Gomes, o Cabeleira, pernambucano, e Zé do Vale, piauiense, que tiveram o mesmo destino no último quartel do séc. XVIII.

O primeiro dos grandes bandos independentes foi o de Antônio Silvino, sertanejo pernambucano que desde jovem, na última década do séc. XIX, se dedicara ao cangaço a serviço de uma família de grandes proprietários de terra. A partir de 1906, entretanto, passa a lutar por conta própria. Atua não somente em Pernambuco, como no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, assolando o sertão. Cobra tributos a fazendeiros, saqueia agências de correio e coletorias, ataca os trens da Great Western sob alegação de que a companhia não indenizara terrenos de sua propriedade atravessados pela linha férrea. Após vinte anos de banditismo, foi ferido em 1914, preso e condenado a 30 anos de prisão, e indultado em 1937.

Mais célebre ainda que Antônio Silvino se tornaria Virgulino Ferreira, o Lampião. Esse também se iniciou no cangaço em Pernambuco, ligando-se com seus irmãos ao bando de Sinhô Pereira, criado em função de rixas familiares. Com 24 anos, Lampião é chefe de bando próprio, mais bem organizado e disciplinado que qualquer outro, extremamente bem adaptado às duras condições mesológicas do Nordeste, da seca e dos carrascais. O grupo de Lampião foi também objeto de um combate mais tenaz por parte das volantes do Governo, dos soldados de polícia apelidados pelos cangaceiros de ‘macacos’.



Virgulino Ferreira - Lampião - Rei do Cangaço

Entretanto, os ‘cabras’ de Lampião quase sempre levavam a melhor, pelos seus ardis táticos e sua espantosa resistência, como também porque se faziam aparecer ante as populações rurais como instrumento de justiça social, procurando, dessa forma justificar os crimes e tropelias que cometiam, e que, muitas vezes atingiam tanto pobres quanto ricos. Os objetivos de Lampião eram traçados ao sabor de alianças ocasionais; assim é que ficou ao lado do governo contra a coluna Prestes, quando esta passou pela sua área de ação na década de 1920

2.2.2 A Polícia Militar e a defesa interna

A Polícia Militar do Ceará, como órgão de segurança interna e encarregada da manutenção da ordem pública, deparou a partir do ano de 1922 com Virgulino Ferreira da Silva, que era cognominado Lampião, o rei do cangaço. A Polícia Militar teve importante papel e talvez a sua mais difícil missão ao combater e

reprimir os crimes praticados pelo famigerado cangaceiro, que vivia com seu bando afrontando a população do interior dos Estados do Nordeste brasileiro.

Lampião nasceu na fazenda Ingazeira, município de Vila Bela (Pernambuco), hoje conhecido por Serra Talhada. Vindo ao mundo em 7 de julho do ano de 1897, começou sua inclinação para o crime aos 24 anos de idade, tendo durado mais de dezenove anos suas ações criminosas, onde impôs violência e pânico a quase todos os nordestinos. Os Estados escolhidos para suas cenas infracionais foram: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e, por último, o Estado da Bahia, local onde o “Rei do Cangaço” praticou, com maior intensidade, sua violência sobre os perseguidos.

Lampião contava com o apoio dos fazendeiros e comerciantes, ora por amizade, ora por temor às suas ações intimidatórias e, por isto, mobilizava o seu grupo facilmente para qualquer Estado, dificultando destarte a ação repressiva que a Polícia tentava impor. Naquela época os limites interestaduais teriam que ser respeitados, razão por que a Polícia encontrava dificuldades para efetuar a prisão do cangaceiro e seu bando, o que não mais ocorre na atualidade, pois se a Polícia está perseguindo criminosos, não há fronteiras para a continuidade da ação policial. Foi, por esta razão, que Lampião, quando estava sendo acochado pela Polícia de um Estado, sempre fugia para outro, o que tornava difícil e inviável qualquer plano policial.

A folclorista nordestina Aglaê Lima de Oliveira, autora de **“Lampião, Cangaço e Nordeste”**, diz no seu livro: “De 1922 a 1926, o bando contou dias gloriosos. Os cangaceiros se refaziam das peijas. Surgiam mais dispostos, abastecidos e bem municados. Atraíam os soldados com a presença de alguns cangaceiros que compunham os subgrupos, a fim de que os moradores dos sítios informassem à Polícia, dando a idéia de que Lampião estava próximo das forças estacionadas. Evitavam estradas. Sempre”.

No armamento do grupo de Lampião não existiam metralhadoras, chamadas pitorescamente pelos cangaceiros de “costureiras”. Lampião, apesar dos seus desejos, nunca conseguiu possuir uma metralhadora. Outra imagem falsa que o moderno cinema forneceu do cangaceiro foram suas andanças montadas a cavalo. Nas caatingas, eles sempre andaram a pé. Na guerrilha, como era óbvio, cavalo não entrava em cena. Lampião pelos matos, com seu bando, marchava sempre em linha horizontal por uma vereda. A andança a cavalo era aleatória, feita apenas pelos cangaceiros em ocasião especial, conforme ocorreu com o assalto malogrado à cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Luiz da Câmara Cascudo em “**Vaqueiros e Cantadores**” assim documentou essa passagem célebre na vida de “Lampião”. “Quando Lampião atacou Mossoró, em 13 de julho de 1927, os cangaceiros viajavam a cavalo. Uma cavalaria de hunos, descrita por Marcel Brion em sua biografia de Átila, estaria magnificamente evocada. Galopavam cantando, berrando, uivando, disparando fuzis, guinchando, tocando os mais disparatados instrumentos, desafiando todos os elementos. Cidade com quatro torres de igreja, Mossoró, armada até os dentes, soube defender-se dos cangaceiros, não permitindo sua penetração para o assalto. Morreram alguns “cabras” do bando e muita tinta e papel foi gasta na narrativa dos fatos.”

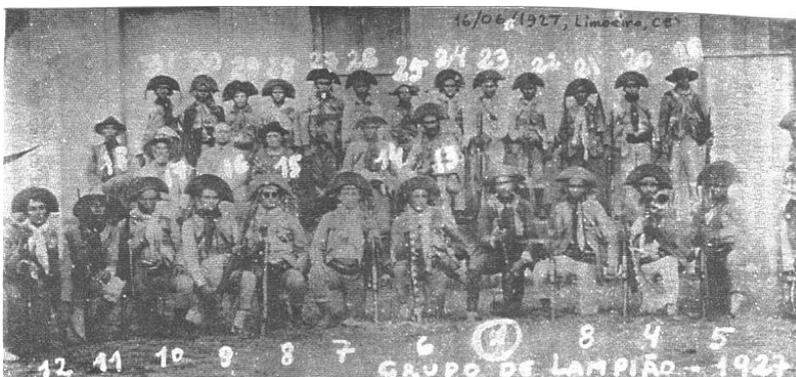
Outro episódio na vida de Lampião é o de sua visita amigável ao padre Cícero Romão Batista, em Juazeiro do Norte, em 1926, onde, através de um golpe político que teve muita publicidade na época, recebeu depois a patente de Capitão.

O Governo convidou Lampião a combater a Marcha da Coluna Prestes, oferecendo-lhe armamento. Lampião, vaidoso com a patente recebida, despediu-se do seu padrinho, Padre Cícero, e, por conta própria, resolveu com o seu bando não entrar em fogo contra a Coluna. Já possuía muitos inimigos como as “volantes” policiais e os contratados do governo. Daí, não querer meter-se em mais “encrencas” que seu faro perdigueiro achava ser

intriga de caráter político, beneficiando unicamente os poderosos do sertão e da Capital. Christina Matta Machado, no seu livro “As Táticas de Guerra dos Cangaceiros” (Laemert, Rio – 1969), afirmou: *“O elemento feminino foi introduzido no cangaço a partir de 1930, quando Lampião resolveu fazer de Maria Bonita sua companheira inseparável. Corisco também trouxe, para a caatinga, Sérgia Chagas (Dadá), e Zé Sereno foi buscar Hilda Ribeiro de Souza, a Sila, no Sergipe. E muitas mulheres passaram a enfeitar a vida tumultuada daqueles homens. Vestidas quase na mesma forma, as sertanejas enfrentam brigadas, atravessam riachos, e se colocam às vezes em pé de igualdade com os homens, ficando com suas roupas molhadas ou ressecadas durante dias. Famintas, percorrem quilômetros sob o sol abrasador do sertão, enfrentando toda sorte de perigo, até mesmo com um filho no ventre”*.

2.2.3 Volantes Policiais Militares

O sistema de tropas volantes, adotado pela polícia, a despeito da inexistência de um centro de operações na região, provou-se o mais indicado para a perseguição e combate ao bando de Lampião, em face da extrema mobilidade desenvolvida pelos cangaceiros nos seus ataques. Por outro lado, o sistema de emboscadas, outras das táticas do bando, compensava-lhe a inferioridade numérica (no encontro com volantes maiores) e determinava um alto índice de perdas de vida dos integrantes das forças policiais. Muitas volantes foram dizimadas pelo bando de Lampião.



Profundos conhecedores dos segredos do sertão, os cangaceiros, chefiados por Lampião, faziam da tática de guerrilhas sua forma de ação preferida. E de tal forma estavam organizados que as autoridades baianas tentaram usá-los contra a Coluna Prestes, também treinada em combates não-convencionais. A foto é de 16/06/1927, quando o bando chegou a Limoeiro do Norte-CE

2.2.4 A Polícia Militar do Ceará enfrenta o Bando de Lampião

A primeira vez que a Polícia Militar do Ceará combateu o bando foi em 1927. Neste período, era Governador do Ceará o Dr. Moreira da Rocha (1924-1928). Durante seu Governo, o Ceará colaborou com a maior quantidade de forças possível no combate a Lampião. O efetivo da Força Pública (PMC) era de 750 homens, incluindo oficiais. Em perseguição a Lampião achavam-se, no sertão, 403 praças e 10 oficiais. Chegou ao ponto de o Palácio da Luz ficar sem guarda, para aumentar o contingente policial do sertão. Em 1927, Lampião, perseguido em Pernambuco, à frente de um grupo de 80 homens, penetrou o Ceará, pelo Município de Brejo Santo. Logo, porém, acossado pelas nossas forças volantes, tomou a direção da Paraíba, atravessou Missão Velha e Aurora, e dali, seguindo rumo a Cipó, passou em Canto do Feijão, depois em Belém, para ir despontar em Mossoró, no Rio Grande do Norte. O combate que as tropas regulares deram aos bandoleiros

foi fortíssimo. Lampião recuou. *“Humilhado após a tentativa malograda do ataque de Mossoró, em 1927 Lampião era descrito como um “louco” fera perigosa que matava sem piedade. Lampião deixou Mossoró na direção do Ceará como fera danada. Tudo o que encontrava no caminho destruiu. Invadiu fazendas, surrou gente, sacrificou criações [...]. Quando fracassava numa empreitada ou era vítima de traição, perdia a cabeça e vingava-se em quem quer que fosse.”* (Lima, 1972, p. 117). Aliou-se ao bando de Massilon e Sabino, e desceu através da encosta da Chapada do Apodi, até a cidade de Limoeiro do Norte, no Ceará, onde demorou algumas horas pousando para fotografias em frente da antiga Farmácia do Senhor Otilio Silva. Sobre a passagem do bando nessa cidade, há o seguinte relato:

Em 14 de junho de 1927, Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, invadiu a cidade de Mossoró com o intuito de fazer um grande saque. Porém, os cidadãos daquela comunidade, liderados pelo prefeito local, rebateram a tropa lampeônica, fazendo o mesmo fugir com rumo ao Vale do Jaguaribe. Às 2 da tarde, depois do almoço, rumou a cavalaria para Lagoa do Rocha.

Passando pela fazenda Boa Sorte, entre Rio Grande do Norte e Ceará, limite interestadual formado pela Chapada do Apodi, a qual, desprendida da Serra do Araripe, serve também de “divortium aquarium” entre as bacias férteis dos rios Apodi e Jaguaribe, coberto de carnaúbas, Lampião parou e preveniu a todos: “A gente agora vai entrar no Ceará. É a terra do meu Padim, e o Governador Moreirinha (Desembargador José Moreira da Rocha, presidente do estado do Ceará), é meu amigo. Acabou-se, não se faz mais sangue.

Partindo às primeiras horas do dia 15, às 9 horas, na fazenda Cacimba do Boi, chamada também de Buraco do Gado, perto de Limoeiro, Lampião pagou, agradeceu e despediu o guia. Enviado um positivo à cidade para fazer compras em nome do Coronel Gurgel, e também obter informações quanto ao movimento da cidade, trouxe recado do Prefeito, Coronel Felipe Santiago de Lima, de que Lampião podia entrar sem receio na cidade, e que seria bem recebido com festa.

Às 15:00, depois de organizado seu dispositivo de segurança, entrou Lampião em Limoeiro, alertado pelo toque de corneta de Mormaço. Entrada solene e triunfal, vindo de grande batalha, pois Lampião era vaidoso com sua tropa.

Sua cavalaria troteando em fila dupla, de costado. Os animais enfeitados em grande gala cangaceiresca, com papoulas encarnadas na testa e outras flores amarradas nas crinas e nas pontas de caudas. Os cangaceiros e Lampião à frente com esvoaçantes fitas coloridas nos chapéus de couro e nos canos dos fuzis, acenavam com a braço levantado e a mão espalmada, dando vivas ao Governo do Ceará, ao Padre Cícero e aos Santos.

O povo, tendo à frente o prefeito, o vigário Padre Vidal Gurgel Guedes, (obs.: esse sacerdote o conheci na minha infância, quando o mesmo era vigário na capela do patronato de Russas) demais autoridades, recebeu o visitante com orações, cheios de dobrez e mesuras, o

prefeito e o vigário externaram ao Capitão Lampião sua grande satisfação em acolhê-lo. No hotel Lucas (ao lado da Matriz, hoje catedral), já demolido, especialmente destinado e preparado à hospedagem de Lampião e sua tropa, foi realizado o banquete de homenagem. Muitas e variadas comidas, preparadas por cozinheiro especial contratado. O vigário, após experimentar, com outros, a comida, provando não estar envenenada, ele próprio, pessoalmente, serviu à mesa com as amabilidades de estilo.

Ao cabo, mantiveram o vigário, o prefeito e pessoas de projeção local e de fora amistosas palestras com Lampião, Sabino e outros cangaceiros. Grande multidão aglomerada permanecia em frente ao hotel, não se cansando de contemplar o Rei do Cangaço.

Depois de fazer orações, depositou Lampião seiscentos mil reis no cofre da igreja. E derramou, espalhando, despotismo de níqueis de tostão, doistões e cruzados no patamar da Igreja para benefício dos pedintes que afluíram em quantidade. Um esperto aleijado chegou a juntar quase cem mil réis... Cabreiro por natureza, Lampião foi à Agencia do Correio e Telégrafo saber de notícias de tropas e encarregar ao telegrafista de avisá-lo a respeito.

Os cangaceiros passeavam de automóvel pelas ruas. Outros dançavam ao toque de realejo.

Padre Manuel Lucena, vigário de Morada Nova, distante cinco léguas a oeste, logo que recebeu aviso telegráfico da chegada de

Lampião, tomou um automóvel e correu com três homens importantes da terra, para visitá-lo em Limoeiro. Era o referido padre meio-cangaceiro. Seus derradeiros tempos de velhice passou em Fortaleza na maior pobreza, vivendo quase exclusivamente de consertar relógios, e onde morreu paralítico.

Às seis da tarde, avisou o telegrafista a Lampião que um telegrama recém-chegado dava conta ter partido, em dois caminhões, tropas de Mossoró com destino a Limoeiro.

Agradecendo a fidalga acolhida, retirou-se Lampião, às 10 hs. da noite, indo pernoitar, a uma légua de distância, em Morros, com sua tropa dividida taticamente, em pequenos, reduzidos grupos de dois e três, conservando-se distantes entre si, mas articulados.

Assim, se deu a passagem de Lampião em Limoeiro do Norte-CE.”

(Transcrição do artigo “Lampião em Limoeiro do Norte” de autoria do Subtenente PM José Rodrigues de Araújo, publicado no jornal “O Guardião da Zona Norte” do 3º BPM (Sobral-CE), ano II, nº 12 de 14/10/2002).

Prosseguindo, alcançou Alto Santo, Riacho do Sangue, a encosta da Serra da Micaela e Serra do Pereiro, atingindo Jaguaribe-Mirim. Na encosta da Serra da Micaela, travou-se um violento tiroteio entre o bando de Lampião e as tropas da Polícia Militar do Ceará, da qual fazia parte o então Tenente PM Luís David de Sousa, que, posteriormente, seria o Comandante-Geral da Corporação. Esse combate ao Bando de Lampião na ponta da Serra da Micaela (Jaguaribara-CE) ficou conhecido como o “Fogo do Roda”, em virtude de Lampião combater em círculo. Vale salientar que um casal de velhos, trazido do Rio Grande do Norte pelo bando, como reféns, de nome Cel. Antônio Gurgel e Maria José Lopes, teve a oportunidade de fugir pelo leito de um riacho

durante o tiroteio. O Governador do Estado comunicava-se diariamente com os Comandantes das tropas volantes da Polícia Militar do Ceará.

“Pelos telegramas enviados ao Governador do Ceará, constatava-se a luta encarniçada entre o bando de Lampião e as volantes da Polícia Militar. Existia, na época, enorme dificuldade para enviar tropas, em virtude da distância e das péssimas estradas. O itinerário das volantes da PMCE era dado pelo próprio comandante da força, estacionada no sertão, através de telegramas cifrados a fim de que os bandidos não pudessem preparar emboscadas fatais. A remessa de armas, munições e dinheiro se fazia da mesma forma. A região do Jaguaribe-CE se transformou assim, naquela época, num verdadeiro campo de batalha. Lampião era perseguido até pela noite adentro, pois não havia descanso. Do lado das tropas da Polícia Militar organizou-se um hospital de sangue. O Tenente PM Pereira recebeu ferimento tão grande que ficou completamente inutilizado. Alguns soldados morreram. Em compensação, o grupo de Lampião, que era ao penetrar em território cearense de 80 homens, viu-se reduzido a 30 homens. Uns ficaram mortos na luta, outros feridos e capturados e ainda outros debandaram, fugindo destroçados e perseguidos pela Polícia Militar do Ceará”. (Pesquisa no Jornal “O POVO” da época).

Lampião rumou entre Ingazeiras e Missão Velha, passando pelo povoado de Rosário, Brejo Santo e Mauriti no Ceará, encaminhando-se para a Paraíba, onde repousou numa fazenda perto de Cajazeiras. Refeito, seguiu, ainda em 1927, para Pernambuco, não ciente, talvez, do plano de repressão ao banditismo rural posto em prática pelo novo Governador do Estado Estácio Coimbra.

2.2.5 Fim do Cangaço – A Morte de Lampião e de Maria Bonita

Em 1938, o Tenente PM João Bezerra, da Força Pública de Alagoas, capturou um “coiteiro” amigo de Lampião e obrigou-

o a levar soldados ao esconderijo do Rei do Cangaço, na fazenda de Angicos, no sertão do Sergipe, a doze quilômetros da fronteira com Alagoas. Lá o bando refazia suas forças, preparando-se para novas aventuras. Lampião e Maria Bonita estavam cansados do cangaço. Tinham, já, uma filha – Maria Expedita – que haviam deixado com amigos no interior de Sergipe. Mas não havia como retroceder: as volantes procuravam suas cabeças. Mais de cinquenta cangaceiros aquartelavam-se em Angicos. Os soldados atacaram de surpresa numa madrugada de julho de 1938. Lampião, com 41 anos de idade, e Maria Bonita foram mortos com mais nove companheiros. Os outros cangaceiros fugiram. Os onze cangaceiros mortos foram: Lampião, Maria Bonita, Anjo Roque, Enedina e Criança, Quinta Feira, Bolão, Mergulhão, Elétrico, Luiz Pedro, Tempestade e Cajarana.

Zé Sereno consegue escapar com alguns do seu grupo, reunindo-os depois para contabilizar ferimentos. Os cangaceiros depois de mortos foram degolados e suas cabeças expostas nas escadarias da Igreja-Matriz da Santana do Ipanema, cidade próxima. De lá foram conduzidos a Maceió e depois para Salvador, onde foram mumificados e colocados no acervo do Museu Nina Rodrigues.

Mesmo assim, após a extinção de Lampião, Maria Bonita e o bando, uma semana depois do massacre de Angicos, o cangaceiro Corisco -“O Diabo Louro” – que se havia separado de Lampião, constituindo um bando à parte, desfechou ataques fulminantes a cidades a margem do Rio São Francisco, como vingança pela morte do amigo. Jurou matar todas as pessoas de sobrenome Bezerra. Enviou algumas cabeças cortadas ao Prefeito do povoado de Piranhas, com um bilhete: *“Se o negócio é de cabeça vou mandar em quantidade”*. Corisco foi morto em junho de 1940 e foi aí que realmente terminou o cangaço.

Há de se ressaltar que vários fatores contribuíram desfavoravelmente para extinção do bando e que foram, sem sombra de dúvida, obstáculos para a ação policial. Um fator que

atuou desfavoravelmente, dificultando esta ação de perseguição ao cangaço, foi o auxílio do “coiteiro”, fornecendo ao bando, além do necessário para viver, informações sobre o movimento das forças policiais, o que fazia com que os bandidos, para evitá-las, mudassem constantemente de “coito” na vasta zona de caatingas em que ora habitavam. A figura do “coiteiro” apresenta-se em diversas modalidades: é às vezes o chefe político do interior, “o coronel”, grande proprietário, que concede auxílio e abrigo ao bando, contra compensações de proteção ou serviços escusos prestados por este. É ainda o comerciante que deseja preservar seus bens de maiores pilhagens. É o pequeno roceiro, sem amparo de qualquer espécie, que acolhe o bando e lhe fornece informações, acoberta-lhe a passagem, como única forma de sobrevivência ante a violência que este, contrariado, representa. É também a autoridade sem maiores garantias oficiais, que acoberta ou ignora a presença dos bandidos em face da debilidade do seu poder, e como única forma de preservá-lo. Assim, a repressão ao “acoitamento” tornou-se extremamente difícil.

Foi, portanto, na década de 30, na época da centralização do poder no Governo Getúlio Vargas, que se tornou mais efetiva a ação da Polícia, em razão do favorecimento das estradas ferroviárias, do crescimento de diversas cidades do Nordeste e da industrialização do Sul do País.

Para concluir, afirmamos que o Cangaço começou a ser extinto sobre as rodas dos caminhões, com abertura das estradas. O caminhão (deslocava com rapidez as volantes policiais) constituía-se o maior inimigo dos cangaceiros e assim com as estradas decretaram junto a morte heróica do cangaço.

CAPITULO III – REVOLUÇÃO DE 30 NO CEARÁ

3.1 Antecedentes

No fim da década de 20, os setores que contestavam as instituições da República Velha não tinham possibilidade de êxito.

Os tenentes (Jovens Oficiais do Exército Brasileiro que promoveram movimentos políticos-militares tais como: Revolução do Forte de Copacabana, Revolução Paulista de 1924 e Coluna Prestes; na década de 20, de contestação das Instituições da República Velha), após vários insucessos, estavam marginalizados ou no exílio.

A classe média não tinha organização política suficiente para se manifestar. Todavia, a dissidência entre São Paulo e Minas Gerais abriu novas perspectivas de derrubada das velhas oligarquias.

A derrota da Aliança Liberal e a grave situação econômica criaram condições para a aglutinação dos tenentes com a Ala Jovem da oligarquia dissidente, formada por Maurício Cardoso, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, Flores da Cunha, Virgílio de Melo Franco, que não se conformavam com uma situação política onde a sua ascensão era barrada. O grupo então formado optou pela luta armada, aproximando-se dos tenentes, como Juarez Távora, Ricardo Hall e João Alberto.

A conspiração sofreu vários obstáculos, como por exemplo a posição conciliatória de velhos oligarcas, como Getúlio Vargas. Todavia, a “degola” de muitos deputados eleitos pela Paraíba e Minas Gerais e o assassinato de João Pessoa, por problemas locais, mas explorados pelos conspiradores, foram o estopim da revolta.

Os “Távoras” do Ceará destacaram-se na Revolução de 30 e no movimento tenentista em nível local e nacional. O médico Fernandes Távora¹³ propagava corajosamente no Ceará as idéias no jornal “A Tribuna” Joaquim Távora morreu durante os combates que antecederam a Coluna Prestes e Juarez Távora tornou-se um dos maiores líderes em nível nacional.

Quando Getúlio Vargas desencadeou a Revolução de 30, os Tenentes tornaram-se um dos braços armados do movimento e Juarez Távora conduziu o processo do Espírito Santo para o Norte, interferindo na escolha de todos os interventores da região.

“A liderança do movimento no Ceará coube ao tenente Landry Salles.” (Montenegro, J.A de S.)

Com relação ao Ten. EB Landry Salles Gonçalves¹⁴ é importante ressaltar que ele “seguiu para o Pará a 18 de outubro

¹³ **Manuel do Nascimento Fernandes Távora** – Médico otorrinolaringologista . Nasceu no município de Jaguaribe-Ce em 21/03/1877. Em 1913, foi eleito Deputado Estadual e em 1919 reeleito, iniciando assim sua carreira política. Foi professor do Colégio Militar do Ceará, lecionando línguas, 1919 a 1921. Fundou seu jornal **A Tribuna** a 1º de janeiro de 1921, onde como redator e com suas qualidades de bom jornalista, escrevia célebres editoriais quase sempre de fundo político, expressando seu forte caráter de lutador pelas causas e consolidação do Regime Republicano (1920/1924). A 05/10/1930, poucos dias antes da vitória da Revolução de 30, foi preso na delegacia de polícia que ficava na Praça do Carmo, onde é atualmente o Instituto do Ceará. A 08/10/1930, três dias depois, foi tirado da prisão pelo povo para assumir o cargo de Interventor do Estado do Ceará, sob “vibrantes aclamações populares”. Foi assim o Primeiro Interventor Federal do Ceará. Três atuantes generais do Exército Brasileiro eram seus irmãos: Juarez, Joaquim e Fernando, todos envolvidos, principalmente Juarez, nos movimentos revolucionários que culminaram com a queda do Presidente Washington Luiz. Faleceu aos 97 anos de idade em Fortaleza.

¹⁴ **Landry Salles Gonçalves** – Oficial do Exército Brasileiro. Nasceu na cidade de Acaraú-CE, em 19/07/1904. Liderou como tenente a Revolução de 30 no Estado do Ceará. Comandante Geral (De 14/03/1931 a 13/05/1931), da Polícia Militar do Ceará, logo após a Revolução. Serviu nas seguintes unidades do Exército Brasileiro: 23º Batalhão de Caçadores; 25º BC.; Colégio Militar do Ceará; 2º G.B.C.; 1ª Brigada de Infantaria (Adido); 2º Regimento de Infantaria; 2º Batalhão de Caçadores; Cia. de Guardas da Escola de Aviação Militar; Estado-Maior da 3ª Região Militar; 14º Regimento de Infantaria; Diretoria de Infantaria (Agregado).

de 30, como Comandante Chefe (Comissionado Coronel), do 2º Grupo de Batalhão de Caçadores (G.B.C.), a fim de assegurar o espírito do movimento político-republicano de 1930, de vez que naquele Estado a situação continuava discrepante da ordem geral do País. A Polícia Militar do Ceará enviou uma Companhia (15 sargentos PM, 24 cabos PM e 150 soldados PM), sob o comando do 1º Ten. PM Osimo de Alencar Lima, incorporado ao 2º GBC. Essa companhia tinha como subalternos os 2º Tenentes PM José Ponce Leão, Antônio Luiz do Nascimento (Comissionado), Antônio Alves de Lima e Hermenegildo Cardoso da Cruz. Acompanhou e expedição compond o Estado-Maior, o Major PM Francisco Ribeiro Pessoa Montenegro. A 22 de novembro de 1930, as tropas cearenses regressaram a Fortaleza”¹⁵ O professor Aristides Braga Neto em seu livro **“História do Ceará – Um resumo** – 1ª edição – Dezembro/2000 – Fortaleza-Ce., escreveu:

A derrubaba do então Governador do Ceará, Matos Peixoto, em outubro de 1930, não foi sem sangue. O ponto final da resistência aos revolucionários ocorreu no Posto de Comando do 23º BC. O Major João César de Castro estava sozinho... “resolveu incendiar o paiol de munição”... lutou contra o soldado Clóvis... “A cada tiro, que fazia, recebia uma troca uma saraivada de balas acompanhada de estrondos de bombas.” – Não morreria acuado como um cão.” Bradou o Major Castro. “Ao sair, foi

Neste período assumiu as funções de Diretor Geral dos Correios e Telégrafos (entre 1939 e 1945); Secretaria Geral do Ministério da Guerra; Escola do Estado-Maior; Estado-Maior do Exército; Escola Superior de Guerra; 1º Batalhão de Caçadores; 2º Regimento de Infantaria Divisionária/1; Q.G. do 1º Exército. Passou para a reserva remunerada do Exército Brasileiro em 09/03/1957, como Gen-de-Divisão, com 38 anos, 06 meses e 05 dias de serviço.

¹⁵ Resumo Histórico da Polícia Militar do Ceará – 1835 – 1955.

colhido por uma descarga... tombou fulminado, em decúbito ventral. (Raimundo Girão).

Para o lugar de José Carlos de Matos Peixoto, o interventor escolhido foi Fernandes Távora. Porém, em pouco tempo, surgiram divergências entre os revolucionários no Ceará, com os tenentes acusando Fernandes Távora de nepotismo, de parcialidade e muita moderação nas decisões, o que levou Getúlio Vargas a substituí-lo oito meses após sua ascensão ao poder. Os tenentes cearenses queriam um interventor militar e “estrangeiro”, isto é, forte e neutro.

No entanto, as coisas não aconteceram como os revolucionários queriam, pois o novo interventor, Carneiro de Mendonça, apoiou o partido que congregava as forças que a Revolução de 30 no Ceará pretendia derrubar, isto é, apoiou a Liga Eleitoral Católica, liderada por Menezes Pimentel.

Após a morte de João Pessoa, o Governo da República enviou algumas unidades militares para a Paraíba, que vivia momentos de tensão após o assassinato de seu líder. A maior parte dos efetivos do 23º BC foi deslocada para Sousa, importante cidade daquele estado. Era essa guarnição cearense comandada pelo capitão Pedro Ângelo Correia, um fiel protetor das oligarquias dominantes; morto durante a Revolução. No dia 3 de outubro de 1930 rebenta revolução em vários estados do Brasil. No Rio Grande do Sul, o Quartel da Região Militar é atacado por Osvaldo Aranha, Batista Luzardo, Estilac Leal e Flores da Cunha. Neste mesmo dia, ao anoitecer, o Governador do Estado, Matos Peixoto, que se encontrava no palacete residencial do Coronel José Magalhães Pinto, na Praia de Iracema (hoje “Estoril”) recebeu um radiograma cifrado do Palácio do Catete,

comunicando a deflagração do movimento revolucionário. Imediatamente dirigiu-se ao Palácio da Luz, com seu Secretariado e adota drásticas medidas.

3.2 Polícia Militar do Ceará e a Revolução de 30

“Ao chegar ao Palácio da Luz, o Governador do Estado Matos Peixoto (de 12/07/1928 a 8/10/1930) determina ao então Comandante Geral da Polícia Militar do Ceará, Cap. EB (Comissionado Cel. PM) Edgard Facó¹⁶, que coloque de prontidão a Polícia Militar, o que é feito imediatamente. Os pontos estratégicos das estradas de Messejana, Parangaba e Antônio Bezerra são ocupados por tropas da PM. O policiamento do Palácio da Luz é triplicado e instalam-se ninhos de metralhadoras em torno do Palácio (Praça General Tibúrcio), que é interditada a pedestres, enquanto nas ruas do Rosário e Sena Madureira se proíbe o tráfego de veículos. Estabelece-se, ainda, o policiamento ostensivo em toda a cidade, com soldados PM de

¹⁶ **Edgard Facó** – Oficial do Exército Brasileiro. Nasceu na cidade de Beberibe-CE em 27/03/1882. Exerceu comandos, chefias e comissões diversas, dentre eles a de Comandante Geral da Polícia Militar do Ceará (De 23/07/1928 a 08/10/1930), durante a Revolução de 30. Criou a Escola Profissional da Força Pública (Decreto n.º 1251 de 08/04/1929), atual Academia de Polícia Militar Gen. Edgard Facó. Nas atividades esportivas Edgard Facó, praticou esgrima, equitação e tiro ao alvo. Representante do Tiro n.º 04 de Porto Alegre no Campeonato de Tiro do Exército em 1910, campeão de esgrima da IV Região Militar em 1922. Edgard Facó, exerceu as seguintes funções: Comandante do 12º Regimento de Infantaria (RI) durante a Revolução de 1932, Chefe do Estado Maior da 9ª Região Militar (Campo Grande-MT), Comandante do 1º BC, com sede em Petrópolis, onde foi retirado para comandar a Brigada Policial (PM, do Distrito Federal (RJ) Comandante da 8ª Região Militar (Belém-PA), Comandante ID/4ª Região Militar (Juiz de Fora-MG), Diretor de Armas e Ministro do Superior Tribunal Militar (1943/1952). Edgard Facó, participou da Campanha do Contestado (1914/Operação de Guerra). Ostentou as condecorações: Comendador da Ordem do Mérito Militar, Medalha de Ouro com passador de Platina, Medalha Comendador Barão do Rio Branco, Medalha de Guerra, Medalha Caetano de Farias, Medalha Marechal Hermes, Medalha de Distinção Judiciária. Passou para a reserva do Exército Brasileiro em 25/03/1952, como General-de-Exército.

metralhadora a tiracolo, transformando-se assim Fortaleza em verdadeira praça de guerra.¹⁷

No dia 7, ancora em Fortaleza, na Ponte Metálica, o vapor “Itanajé” trazendo a bordo 160 soldados do 21º BC, que fugiam de Recife e também o presidente do Rio Grande do Norte, que embarcara após receber telegrama do tenente EB Bizarria Mamede, anunciando o avanço de suas tropas sobre Natal.

Considerados suspeitos os soldados, o Coronel Edgard Facó, Comandante da PMCE, proibiu seu desembarque, colocando forte contingente na Ponte Metálica, onde também se ergueram barricadas com fardos de algodão, o que não impediu que grande número de curiosos ali se aglomerassem.

Esta operação era comandada pelo próprio Edgard Facó, com a ajuda do Chefe de Polícia Mozart Catunda e do Tenente PM Porfírio Lima Filho. Na verdade, o pavor se apoderava da grei governante”.



Dr. José Carlos de Matos Peixoto. Governou de 12 de julho de 1928 a 8 de outubro de 1930, quando foi forçado a fugir do Ceará.

¹⁷ JOB, Daniel Carneiro – A Revolução de 30 no Ceará – Jornal “O POVO” de 09/10/1977.

Às 10 da noite, o 2º Batalhão do Regimento Policial do Estado ocupa o Quartel do 23º BC, onde se encontravam apenas alguns Sargentos e soldados (a tropa estava na Paraíba) encarregados da manutenção do prédio. Pouco depois da meia-noite, chegava o Presidente do Estado, Matos Peixoto, ao Quartel, com seus familiares e amigos para ali pernoitar sob a guarda do Batalhão.

Incluindo quatro crianças, a comitiva de Matos Peixoto compunha-se de trinta e seis pessoas, destacando-se os seguintes membros da extinta corte governamental: Coronel Edgard Facó, Comandante da PM; Ten. Cel. EB Rodolfo Jourdan, Fiscal do Batalhão Policial; Major Catunda, Chefe de Polícia, Maj. PM Francisco Ribeiro Montenegro, Chefe da Casa Militar, e muitos outros.



Cel. Edgard Facó, Comandante Geral da PM, no conturbado período que antecedeu à Revolução de 30 no Ceará.

Com pouco mais de 500 homens, sem expectativa de ajuda do Governo Federal, não contando com o apoio esperado dos coronéis e tendo a maioria absoluta da população fortalezense contra sua administração, Matos Peixoto convenceu-se de quão

frágil era sua situação e optou por renunciar, embarcando no dia seguinte (8 de outubro), sob vaias, para o Rio de Janeiro.

A notícia da fuga do governo oligárquico local propagou-se rapidamente pela capital. Logo uma multidão, aos gritos de “Viva a Revolução” e “Abaixo o Despotismo”, formou-se na Praça do Ferreira. A felicidade e a esperança de um futuro melhor estavam estampados nos rostos de todos. O jornalista e dono do Jornal O Povo, Demócrito Rocha, foi levado ao coreto da Praça, onde fez emocionante discurso. Também falou o poeta e humorista Quintino Cunha, e em seguida ouviu-se o Hino Nacional, difundido pelos auto-falantes da casa Kosmos, loja especializada em discos.

Ao mesmo tempo, outra concentração humana que havia libertado os aliancistas presos carregava nos braços Fernandes Távora, aclamando-o o novo Governador do Estado – o que seria depois confirmado por Getúlio Vargas, embora os tenentes preferissem para o cargo o Major João da Silva Leal.

3.3 Fato Doloroso

Terminada a solenidade de posse do Dr. Fernandes Távora (pai do Ex-Governador Virgílio Távora) o 2º Batalhão da Polícia Militar que escoltara Matos Peixoto até a Ponte Metálica, retornava pela rua Sena Madureira, quando o comandante da 3ª Cia., Capitão PM Raimundo Barbosa Gondim, decidiu apresentar-se ao Dr. Fernandes Távora, aderindo assim ao movimento vitorioso. Este gesto desagradou o Tenente-Coronel PM José Honorato dos Santos Carneiro, Comandante do Batalhão Policial do Estado, que mandou Gondim recolher-se ao quartel e, não sendo obedecido, decidiu ir prendê-lo pessoalmente no local em que se encontrava. Disto resultou um

entrechoque envolvendo os dois e diversos soldados, ocorrendo disparos a esmo. Desse inútil conflito, que ocorreu no trecho entre as ruas Floriano Peixoto e Coronel Bizerril, resultou a única vítima dos acontecimentos desse dia: o inocente jovem Caio Carlos da Costa Ribeiro, filho do Dr. Carlos Costa Ribeiro, aluno do Colégio Militar, atingido mortalmente por uma bala perdida.” (Job, Daniel Carneiro – Revolução de 30 no Ceará – “O POVO” – 09/10/1977)

3.4 Os funerais de Caio Carlos da Costa Ribeiro

Segundo pesquisas procedidas em edições do jornal “O POVO” da época afirmamos: No dia 1º de outubro de 1930, realizou-se às 9h da manhã o sepultamento do jovem Caio Carlos da Costa Ribeiro, dileto filho do ilustre Dr. Carlos Ribeiro e aplicado aluno do Colégio Militar do Ceará, o qual no dia da vitória da revolução neste Estado fora gravemente ferido no único conflito da Praça do Ferreira.

O féretro saiu da Casa de Saúde Dr. César Cals, onde, àquela hora, centenas de pessoas de todas as classes se aglomeravam a fim de levar ao campo-santo o corpo do inditoso moço.

Posto no coche fúnebre o esquife de Caio Ribeiro, formou-se extensa fila de automóveis, repletos de cavalheiros e famílias da nossa melhor sociedade.

Após o ato religioso de encomendação do corpo na capela do Cemitério São João Batista, o esquife do desventurado jovem foi conduzido por alunos do Colégio Militar do Ceará para a sepultura.

Ali, em primeiro lugar, em nome do corpo docente do Colégio Militar, falou o Dr. Valdemar Falcão, catedrático daquele

estabelecimento de ensino. Em seguida, usaram da palavra o professor Raimundo Gomes e os jovens Tancredo Halley de Ancântara, do Liceu do Ceará, Lauro Teixeira Góis, do Colégio Militar e Geraldo Lima, do Liceu

Sobre o túmulo de Caio Ribeiro foram colocados inúmeros ramalhetes de flores e coroas mortuárias entre os quais, se destacavam os que tinham as seguintes inscrições:

- ⇒ HOMENAGEM DO CORPO DOCENTE DO COLÉGIO MILITAR DO CEARÁ;
- ⇒ SAUDADE DOS ALUNOS DO COLÉGIO MILITAR DO CEARÁ;
- ⇒ AO QUERIDO CAIO – CANDOCA, JOAQUIM ANTÔNIO E PRIMINHOS;
- ⇒ SAUDADES – MANOCA, DINORAH, SALLES E ALICE;
- ⇒ QUERIDO CAIO – SAUDADES DE PAULO E TOMAZ;
- ⇒ SAUDADES DE VIRGÍLIO TÁVORA.



Caio Carlos da Costa Ribeiro (com a mão no rosto), estudante do Colégio Militar de Fortaleza, morto durante a Revolução de 1930 no Ceará.

Acompanharam o coche fúnebre, até o cemitério São João Batista, os senhores Dr. Fernandes Távora, chefe do Governo Provisório; Dr. Luis de Moraes Correia, Secretário do Interior; Dr. José de Borba, Secretário de Polícia e Segurança Pública; Dr. César Cals, Prefeito Municipal; Gen. Eudoro Correia e todo o corpo docente do Colégio Militar.

Com a deposição de José Carlos de Matos Peixoto pela Revolução de 1930, assumiu como interventor federal o médico Fernandes Távora, como foi dito anteriormente, irmão de um dos líderes da Revolução, Juarez Távora.

Para comandar a Polícia Militar do Ceará, foi escolhido o Coronel PM Antônio Gomes de Lima, que substituiu o Coronel Edgard Facó, pertencente ao governo deposto. O novo Comandante da Polícia Militar escolhido pelo interventor, passou a apoiar a nova ordem constitucional e, não poderia ser diferente, até porque o Comandante Geral da PM é subordinado diretamente ao Governador do Estado, conforme preceitua a Constituição Estadual no seu Art. 187.

Para concluir, afirmamos que a Revolução de 1930 triunfou, no entanto, pouco conseguiu alterar no Ceará, pois as forças mais conservadoras logo retornaram ao poder e, enquanto houve eleições, derrotaram as forças mais liberais, as quais, lideradas por Fernandes Távora, através do Partido Social Democrático.

O AUTOR



I – DADOS PESSOAIS

NOME: João Xavier de Holanda

PROFISSÃO: Tenente Coronel da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Ceará, onde ingressou no Curso de Formação de Oficiais em 1968 e passou para a reserva, à pedido, em 31 de julho de 1991.

II – CURSOS

a) Profissionais:

- 1) Curso de Formação de Oficiais (1968 a 1971)
Local: Academia de Polícia Militar General Edgard Facó (APMGEF) Fortaleza-CE
- 2) Curso de Técnica de Ensino para Oficiais (1981)

Local: Centro de Instrução Almirante Wandenkolk – Rio de Janeiro.

- 3) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (1º lugar – 1986)
Local: Academia de Polícia Militar General Edgard Facó Fortaleza-CE
- 4) Curso de Policiamento de Trânsito (Convênio Universidade do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Ceará)
Local: Centro de Tecnologia – UFC - Fortaleza-CE
- 5) Curso de Comunicação Social (1988)
Local: Centro de Estudos de Pessoal (CEP) – Forte Duque de Caxias - Rio de Janeiro-RJ

b) Civis

- 1) Licenciado Pleno em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE - 1981)
- 2) Curso de Didática para Instrutores de Treinamento – SEBRAE/PROCIEN (1985)
- 3) Pós-Graduação (Especialização) em Metodologia do Ensino de História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE - 2001)

III – EXPERIÊNCIA NA ÁREA DE ENSINO

- 1) Ministrou aulas nos Cursos de Formação de Sargentos (CFS); de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS); de Formação de Oficiais (CFO).
- 2) Ministrou aulas de História do Brasil no Colégio Academos (Aldeota).
- 3) Ministra atualmente aulas no Curso de Formação de Oficiais – (CFO -2º ano), na Academia de Polícia Militar Gen. Edgard Facó.

- 4) Ministrou aulas de História Geral e do Brasil no Colégio da Polícia Militar do Ceará.

IV – PRINCIPAIS FUNÇÕES

Militares

- 1) Secretário da Divisão de Ensino e Instrução (DEI) da Academia de Polícia Militar General Edgard Facó;
- 2) Comandante de Companhias Avançadas e Delegado Regional de Polícia (Brejo Santo, Cratêus e Jaguaribe-CE);
- 3) Comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMCE (CFAP);
- 4) Comandante do Batalhão de Polícia de Choque (BPCHOQUE);
- 5) Supervisor Geral do Programa de Atendimento às Vítimas da Estiagem (PAVE) – Secretaria de Ação Social – Defesa Civil e PMCE (1990 – 1991);
- 6) Atualmente é Assessor Cultural da Polícia Militar do Ceará (1994 a 2003)

V – INSTITUIÇÕES CULTURAIS

- 1) Membro Efetivo da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, cadeira n.º 09;
- 2) Sócio Honorário do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico, Antropológico).
- 3) Membro da Sociedade Cearense de Geografia e História.
- 4) Sócio da Associação Cearense de Imprensa (ACI)

VI – CONDECORAÇÕES

- 1) Medalha do Mérito Policial Militar
- 2) Medalha do Mérito Intelectual (1º Lugar – CAO)

3) Diploma da Câmara Municipal de Fortaleza

VI – TRABALHOS PUBLICADOS

- 1) Polícia Militar do Ceará: Origem, Memória e Projeção – Volume I – 610 págs. – Imprensa Oficial do Ceará (IOCE - 1987);
- 2) Polícia Militar do Ceará: Origem, Memória e Projeção – Volume II – 376 págs. – Imprensa Oficial do Ceará (IOCE - 1995);
- 3) Almanaque dos Oficiais do Serviço Ativo da Polícia Militar do Ceará – 370 págs. – Imprensa Oficial do Ceará (IOCE - 1997);
- 4) História do Corpo de Bombeiros do Ceará – Volume I – 415 págs. – Imprensa Oficial do Ceará (IOCE - 1997);
- 5) Guia Informativo do Gabinete do Comando Geral da Polícia Militar do Ceará - 117 págs. (1998);
- 6) Manual de Plano de Aula – Gráfica Britânica;
- 7) Almanaque dos Oficiais do Serviço Ativo da Polícia Militar do Ceará – (1999) – Comando Geral – Instituto Histórico e Cultural - 362 págs. Gráfica Universo.
- 8) Monografia: Polícia Militar do Ceará em Meio Século de República – 1889 – 1939 – Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) Especialização (UECE – 2001).

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Lauro Ruiz de - O Herói J. da Penha Vítima do Cangaco – Jornal “O Povo” Edição 08/02/1982;

ARAGÃO, R Batista – Tragédias que Envergonham o Ceará – Copcultura, Cooperativa de Cultura do Ceará, 1999 Fortaleza-CE;

ARAÚJO, José Rodrigues – Lampião em Limoeiro do Norte – Artigo publicado no Jornal “O Guardião da Zona Norte”, do 3º BPM (Sobral-CE), ano II, nº 12 de 14 / 10 / 2002;

BARROS, José Goes de Campos - Ordem dos Penitentes – Exposição Fortaleza-CE, Imprensa Oficial, 1937;

FARIAS, Aírton de - História do Ceará. Editora Tropical. – 1997, Fortaleza-Ce;

_____ O Caldeirão Vivo – A Saga do Beato José Lourenço – Tropical Editora, 2000;

HOLANDA, João Xavier de - Polícia Militar do Ceará- Origem, Memória e Projeção - Volume I, IOCE, 1987;

_____ Polícia Militar do Ceará- Origem, Memória e Projeção - Volume II – IOCE - 1995;

HOLANDA, Tarcísio - Chacina do Caldeirão – Jornal do Brasil, Edição 01/02/1981;

JOB, Daniel Carneiro - A Revolução de 30 no Ceará – Reportagem Especial – Jornal “O Povo” – edição de 09/10/1977;

MACHADO, Christina Matta – As Táticas de Guerra dos Cangaceiros (LAEMERT, Rio – 1960);

NETO, Aristides Braga – Historia do Ceará - Um Resumo, 1ª Edição – Dezembro / 2000 / Fortaleza – CE;

OLIVEIRA, Aglaê Lima – Lampião, Cangaco e Nordeste – Edição O Cruzeiro, 2ª edição, 1970;

OLIVEIRA, Xavier de. Beatos e Cangaceiros – Rio, 1920;

Resumo Histórico da Polícia Militar do Ceará (1835-1955) – Publicação da PMCE – Imprensa Oficial – 1956 – Fortaleza-Ceará. Capítulo Sedição de Juazeiro (Dados colhidos nos Boletins da Corporação, publicações da época e depoimento de oficiais que participaram do movimento);

WEYNE, Alfredo Nunes - Pedaços de meu passado (memórias). Coligidos e Coordenados por Maryse Weyne Cunha – Secretaria de Cultura e Desporto, Fortaleza – Ceará – 1981.



Mesa Diretora 2003 – 2004

Dep. Marcos Cals
Presidente

Dep. Idemar Citó
1º Vice - Presidente

Dep. Domingos Filho
2º Vice - Presidente

Dep. Gonny Arruda
1º Secretário

Dep. Valdomiro Távora
2º Secretário

Dep. José Albuquerque
3º Secretário

Dep. Gilberto Rodrigues
4º Secretário

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
INESP**

Presidente

Gina Marcílio Pompeu

Gráfica do INESP

Coordenação: Sidney Aragão

Diagramação: Mário Giffoni

Av. Pontes Vieira, 2391

Dionísio Torres – Fortaleza - Ceará.

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: 277-2915

Fax: (0xx85) **277-2914**



home page: www.al.ce.gov.br

e-mail: epovo@al.ce.gov.br

home page: www.al.ce.gov.br/inesp

E-mail: inesp@al.ce.gov.br



POR UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA¹⁸

Reconhecendo a parte de responsabilidade ante o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e de amanhã, ***EU ME COMPROMETO*** - em minha vida cotidiana, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região a:

1 RESPEITAR A VIDA. Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar;

2 REJEITAR A VIOLÊNCIA. Praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes;

3 SER GENEROSO. Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;

4 OUVIR PARA COMPREENDER. Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e o rechaço ao próximo;

5 PRESERVAR O PLANETA. Promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;

6 REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE. Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar novas formas de solidariedade.

¹⁸ Manifesto redigido por defensores da Paz como Dalai Lama, Mikail Gorbachev, Shimon Peres e Nelson Mandela, no sentido de sensibilizar a cada um de nós na responsabilidade que temos em praticar valores, atitudes e comportamentos para a promoção da não violência.

Lançado em 2000 pela UNESCO, contou com a adesão da Assembléia Legislativa ao “Manifesto 2000” com a coleta de mais de 500 mil assinaturas em nosso Estado.